



# DIÁRIO OFICIAL ELETRÔNICO

## ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DE RONDÔNIA

DO-e-ALE/RO

Nº 147

PORTO VELHO-RO, QUINTA-FEIRA, 19 DE AGOSTO DE 2021

ANO X

### SUMÁRIO

<b>TAQUIGRAFIA .....</b>	<b>Capa</b>
<b>SUP. DE RECURSOS HUMANOS .....</b>	<b>2167</b>
<b>DEPARTAMENTO LEGISLATIVO .....</b>	<b>2167</b>

### TAQUIGRAFIA

1ª AUDIÊNCIA PÚBLICA PARA DISCUTIR A PEC 32/2020 QUE TRATA SOBRE A REFORMA ADMINISTRATIVA

EM: 16.08.2021  
INÍCIO: 09h24min

PRESIDENTE: SR. ANDERSON PEREIRA

O SR. JOSÉ CARLOS PAIM (Mestre de Cerimônias) - Senhoras e senhores, bom dia. Devido à pandemia da covid-19, a Audiência Pública está sendo realizada a distância por meio de videoconferência. Agradecemos desde já a todas as autoridades, que nos acompanham por meio virtual, seja pela página oficial da Assembleia Legislativa no Facebook, Youtube e pela TV Assembleia canal 7.2.

Os deputados estaduais presentes neste recinto, bem como a reduzida equipe técnica responsável pela condução dos trabalhos estão adotando todos os cuidados exigidos pelos protocolos de biossegurança, com distanciamento mínimo de dois metros.

A Assembleia Legislativa do Estado de Rondônia, atendendo ao Requerimento do Excelentíssimo Senhor Deputado Estadual

Anderson Pereira, após aprovação em plenário realiza Audiência Pública com o objetivo de discutir a PEC nº 32/2020, que trata sobre a reforma administrativa.

Convidamos, neste momento, para compor a Mesa desta Audiência Pública de forma presencial o Excelentíssimo Sr. Deputado Anderson Pereira, proponente desta Audiência Pública. Convidamos ainda o Excelentíssimo Senhor Lazinho da Fetagro, Deputado Estadual; Senhora Gislaíne Magalhães Caldeira, Presidente do Sindicato dos Servidores do Poder Judiciário - Sinjur; Senhora Elizilene do Nascimento Pereira – Presidente da Central Única das Trabalhadores – CUT. Convidamos ainda para compor a Mesa, o facilitador Emílio Márcio de Albuquerque, Vice-Presidente do Sindicato dos Técnicos Tributários de Rondônia - Sintec.

Neste momento, Sua Excelência, o Deputado Estadual Anderson Pereira, procederá à abertura desta solenidade.

O SR. ANDERSON PEREIRA (Presidente) – Bom dia a todos. Invocando a proteção de Deus e em nome do povo rondoniense, declaro aberta esta Audiência Pública para debatermos juntos a Reforma Administrativa que tramita no Congresso Nacional.

O SR. JOSÉ CARLOS PAIM (Mestre de Cerimônias) - Convido a todos para, em posição de respeito, cantarmos o hino Céus de Rondônia. (Letra de Joaquim de Araújo Lima e música do Doutor José de Mello e Silva).

### (Execução do Hino Céus de Rondônia)

Neste momento, gostaríamos de agradecer a presença remota em nossa Audiência Pública do Senhor Antônio Carlos Fernandes, Presidente da Confederação Nacional de Carreiras e Atividades Típicas de Estado – Conacate; agradecer ainda ao Senhor José Eduardo Rangel, Presidente da Federação Nacional dos Servidores dos Poderes Legislativo Federal, Estaduais e do Distrito Federal – Fenale; Senhora Marilsa Miranda de Souza, Presidente do Sindicato Nacional dos Docentes do Ensino Superior – Andes; Senhor Aires Ribeiro, Presidente da Confederação dos Servidores Públicos do Brasil – CSPB; Senhor Israel Santos, Secretário de Articulação e Mobilização da

#### MESA DIRETORA

Presidente: ALEX REDANO  
1º Vice-Presidente: JEAN OLIVEIRA  
2º Vice-Presidente: MARCELO CRUZ

1º Secretário: JAIR MONTES  
2º Secretário: CIRONE DEIRO  
3º Secretário: ALEX SILVA  
4º Secretário: JHONY PAIXÃO

#### SECRETARIA LEGISLATIVA

Secretaria Legislativa - *Carlos Alberto Martins Manvailor*  
Departamento Legislativo - *Miranilde Rodrigues do N. Robles*  
Divisão de Publicações e Anais - *Eloy Santana Leôncio Almeida*

DIÁRIO OFICIAL ELETRÔNICO DA ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE RONDÔNIA, INSTITUÍDO PELA RESOLUÇÃO Nº 211/2012, COMO ÓRGÃO OFICIAL DE PUBLICAÇÃO DO PODER LEGISLATIVO ESTADUAL.

Avenida Farquar 2562 - Olaria  
CEP 76.801-189 Porto Velho-RO

Confederação dos Servidores Públicos do Brasil – CSPB; Senhor Wellington Souza, Presidente da Federação dos Sindicatos de Servidores e Funcionários Públicos dos Poderes Executivo e Legislativos Municipais, Autarquias e Fundações dos Municípios do Estado de Rondônia – Fesspmero; Senhor Vladimir Nepomuceno, Assessor Parlamentar, Consultor de Entidades Sindicais da Federação Nacional dos Servidores do Legislativo e Tribunais de Contas Municipais – Fenalegis.

De forma presencial, nós agradecemos a presença dos senhores Everton Reis; Lucas Brandalise, Assessor Jurídico do Sindicato dos Profissionais em Radiologia no Estado de Rondônia - Sinpraron; Senhor Rafael Ricci, Diretor Financeiro do Sindicato dos Servidores do Poder Judiciário – Sinjur; Senhora Flávia Hiromi Takahashi, Diretora de Assuntos Educacionais do Sindicato dos Servidores Públicos Federais – Sindsef; Senhora Mara Valverde, Diretora da Valorização da Mulher da Federação Nacional dos Servidores dos Poderes Legislativos Federal, Estaduais e do Distrito Federal – Fenale, e associada do Sindler. Agradecer ainda ao Senhor Antônio Germano Soares, Presidente do Sindicato dos Técnicos Tributários do Estado de Rondônia; Senhora Dioneida Castoldi, Secretária-Geral, representando o Sindicato dos Trabalhadores – Sintero; a Senhora Daihane Regina Lopes Gomes, Presidente do Sindicato dos Policiais Penais e Agentes de Segurança Socioeducativos– Singeperon; Senhor Raimundo Nonato, Secretário Nacional Adjunto de Saúde do Trabalhador, representando a Confederação Nacional dos Trabalhadores no Serviço Público Municipal – Confetam; Senhora Eliete de Almeida Azevedo, Diretora de Esporte, Cultura e Lazer, representando o Sindicato dos Servidores Públicos Federais - Sindsef; Senhor Joelson Chaves de Queiroz, Presidente do Sindicato dos Professores e Professoras do Estado de Rondônia – Sinprof; Senhor Jeová Gomes dos Santos, Secretário-Geral, representando o Sindicato dos Servidores em Saúde – Sindsaúde; e a Senhora Lérida Vieira, Vice-Presidente do Sindicato dos Farmacêuticos– Sinfar.

Neste momento, nós passamos a palavra ao Excelentíssimo Senhor Deputado Estadual Anderson Pereira, que presidirá esta Audiência Pública.

O SR. ANDERSON PEREIRA (Presidente) – Obrigado, um bom dia, mais uma vez, a todos.

Essa pauta aqui, a gente chamou esta Audiência — que até eu quero esclarecer — é uma pauta que, por ora, nós deputados estaduais não vamos votar ela. Mas, aprovando no Congresso, os reflexos virão para o Estado e os municípios. Os vereadores também votarão, caso passe no Congresso Nacional, assim como aconteceu com a Reforma da Previdência, que o Projeto veio para a Casa, o governo tirou, segundo informações, para fazer adequações, e depois retornará para a Casa novamente. E se a gente vai votar ela logo, a gente tem que se preparar para o que vem aí. E a gente sabe que não é coisa boa. Como todos sabem, e querem acabar com o serviço público no País, não vai ser interessante para as gerações futuras, e para a presente terão prejuízos também, grandes, mas esses prejuízos a gente tem que deixar claro. Então, nada melhor do que uma Audiência Pública.

Eu, assim como o Deputado Lazinho — que já promovemos várias Audiências nesta Casa —, eu estava até com saudade de ouvir esse hino numa Audiência aqui, porque estava aí quase

dois anos sem fazer um debate. E o local de debater é no Parlamento, de fazer audiências, de mostrar a verdade, esclarecer fatos, é aqui dentro da Assembleia Legislativa. E a pandemia vinha nos impedindo de fazer isso, infelizmente. E fazer de forma remota também é muito difícil. Até cumprimento os nossos parceiros ali, amigos e pessoas que estão on-line. Eu participei de uma Audiência parecida, com o nosso vereador de Jaru, do nosso partido, do PROS, o João, que realizou a Audiência lá em Jaru, uma Audiência Pública. Achei muito interessante. Também o Deputado Lazinho participou. Ali eu pude entender até mais a PEC. E hoje o que nós fazer — a dinâmica? Eu acredito que tem pessoas aqui que é a primeira vez que vão ouvir e entender a PEC da Reforma Administrativa. Tem pessoas que já estão até dando aula do que tem lá dentro do Projeto. Mas a grande maioria, principalmente alguns que estão assistindo de forma remota e os que estão hoje aqui presenciais, ainda não ouviu. Só ouviu falar do nome “Reforma Administrativa”. Mas não sabe o que tem dentro, não tem nem ideia.

Eu participei de mobilização em Brasília recentemente, e eu pude perceber o seguinte: as mobilizações estão fracas, e os grupos que estão fazendo estão se dividindo. Então, lá em Brasília mesmo, em um dia teve uma mobilização de um grupo de servidores, e no outro dia teve outro. Então, está fracionado. E, quando fraciona, enfraquece. E muitos servidores públicos ainda não acordaram para o que vai acontecer com as suas carreiras. Ainda não acordaram. E esta Audiência Pública aqui no Estado de Rondônia... E eu peço à imprensa da Assembleia, à mídia da Assembleia, para dar toda a publicidade possível do que vai se tratar hoje aqui, para que nós, servidores públicos, não só do Executivo, do Legislativo, do Judiciário, do Ministério Público, dos municípios, fiquem atentos ao que vai acontecer e se mobilizem.

Fizemos o convite às entidades sindicais e Federação; fizemos o convite à nossa Bancada. Alguns deputados confirmaram de forma remota, outros, pela questão de agenda poderiam passar por aqui e nós vamos aguardar que eles venham. Alguns têm já Emendas prontas dentro do Projeto, a exemplo do Deputado Léo Moraes, que falou que já tem Emendas que ele vai inserir na reforma, e outros deputados que já têm posição até contrária à matéria. Mas espero que eles possam entrar de forma remota, se eles entrarem, tendo em vista a agenda, nós vamos franquear a palavra, porque são as pessoas mais importantes para nos ouvir, para conhecer melhor o que está sendo feito aqui e para a gente conseguir o voto deles. Se não for o contrário, mas pelo menos que eles coloquem ali aquilo que a gente precisa para diminuir as maldades que se encontram dentro desse Projeto.

Gostaria de franquear a palavra para o Deputado Lazinho da Fetagro, em seguida, eu vou abrir a palavra para o apresentador, que terá 20 minutos para fazer a apresentação do Projeto. Depois nós vamos abrir também para um outro apresentador que também terá 20 minutos e em seguida a gente vai abrir 3 minutos para os que estão inscritos aqui, da Mesa, e os que estão aqui, presenciais, que aí a gente já vai com a matéria apresentada e aí cada um já vai tecer as suas opiniões em relação ao Projeto.

Deputado Lazinho da Fetagro.

O SR. LAZINHO DA FETAGRO – Obrigado, Deputado Anderson Pereira. Um prazer muito grande estar podendo fazer essa indicação com o senhor e ter esta Audiência Pública aqui. Num primeiro momento nós pensamos em fazer ainda no primeiro semestre, mas dada a situação bastante crítica da pandemia, conversando, resolvemos fazer agora no segundo semestre. E isso é importante porque mais gente participa, mais pessoas podem participar.

Cumprimento a cada um e a cada uma dos que estão presentes. Representantes das nossas entidades sindicais aqui do Estado de Rondônia e também os nossos representantes de entidades em nível federal. Mais um momento que vive a sociedade brasileira quando se trata de mudanças na estruturação das políticas públicas, das conquistas feitas de muitos anos da classe trabalhadora de uma forma geral.

Isso não começou agora. É importante dizer que quando a gente falava, lá atrás, em 2019, da PEC 95, que iria trazer prejuízos para a Educação e para a Saúde do País, nós não conseguimos nos fazer entendidos pela sociedade de uma forma geral. Aconteceu a mesma coisa na Reforma Previdenciária. Naquela época nós fizemos 32 Audiências Públicas, Deputado Anderson Pereira, no Estado todo, justamente para debater o que seria de mudança na Previdência. E eu ainda vi muitos trabalhadores dizerem que as mudanças precisavam ser feitas, porque senão, não iria ter mais emprego no Brasil. E aí perdemos. Depois veio a Reforma Trabalhista no mesmo modelo. Tirando direitos, inventando ações de desfavorecimento da classe trabalhadora em favor do empresariado e das empresas do País. Agora, a Reforma Administrativa, que também vem no mesmo caminho, tirando direitos, oprimindo, fazendo com que a classe trabalhadora, mais oprimida do que sempre foi, tenha medo, inclusive, de fazer os debates e fazer as movimentações que precisam ser feitas. Nós vivemos uma realidade hoje, no passado, Presidente Elzilene, era fácil a gente mobilizar e ir atrás de direitos. Hoje nós temos dificuldade, inclusive de mobilizar. Como disse o Deputado Anderson, a divisão nas camadas e na sociedade de uma forma geral e entre os representantes, acaba enfraquecendo. E aí, nessa reforma, o que a gente espera com esta Audiência, sobre essa reforma, é que a partir do momento em que os debatedores, que são nossos amigos e companheiros; o Emílio, que representa o Idata, não é? O Emílio está aqui técnico do setor Financeiro, técnico tributário, vice-presidente do Sindicato, entende um pouquinho de cálculos, não é? Vai dizer se serve ou se não serve a reforma e, também, o Vladimir Nepomuceno que está on-line, para poder nos ajudar e a gente possa tirar daqui encaminhamentos. E que a nossa bancada olhe para o povo de uma forma geral e não para o seu umbigo. Sou bastante claro com relação a isso. É muito difícil você imaginar, Deputado Anderson, que a nossa bancada pode votar por causa de Emenda Parlamentar. Bastante franco aqui. Assim foi na Reforma Trabalhista, assim foi na Reforma Previdenciária, assim foi na votação das PECs. Então, a gente pede para que eles analisem direitinho o que é bom para o povo e o que é bom para a classe trabalhadora de uma forma geral. Que é para isso que a gente faz Audiência, para poder encaminhar para eles.

Nós já fizemos, inclusive, uma solicitação através do mandato, para que analisem e que, na minha visão, votem contra a reforma que está aí. E a gente espera que com essa Audiência,

com o apoio de vocês, os nossos deputados — eu concordo e sei que eles têm bastante vontade em fazer isso —, possa ajudar a minimizar, no mínimo, os prejuízos que vai ter a classe trabalhadora. É com o senhor, Senhor Presidente. Fique à vontade.

O SR. ANDERSON PEREIRA (Presidente) – Obrigado, Deputado Lazinho. Eu gostaria também de agradecer a presença do Mário Jorge, Presidente do Sindicato dos Servidores Públicos Federais – Sindsef; Almir Santos Santana, Presidente do Sindicato dos Servidores do Ministério Público – Sinsempro; Mirin, Presidente do Sindicato do Poder Legislativo – Sindler.

Então eu vou franquear a palavra aqui a Fenalegis - Federação Nacional dos Legislativos e Tribunais de Contas Municipais, Vladimir Nepomuceno. Ele terá vinte minutos para a sua apresentação. Ele está remotamente ou está aqui? Está remotamente. Eu vou pedir que a apresentação passe aqui nesse telão do slide, pedir para a equipe. E ele está com a palavra. Está pronto aí, Vladimir?

as: O SR. VLADIMIR NEPOMUCENO (*Por videoconferência*) – Estou, Deputado.

O SR. ANDERSON PEREIRA (Presidente) – Então Vossa Excelência tem vinte minutos para a nossa apresentação.

O SR. VLADIMIR NEPOMUCENO (*Por videoconferência*) – Bom, em primeiro lugar, eu quero agradecer ao Deputado Anderson Pereira pelo convite, pela possibilidade de estar aqui conversando. Cumprimentar também o Deputado Lazinho da Fetagro, também responsável, juntamente com o Deputado Anderson Pereira, por esta Audiência Pública. Cumprimentar todos os participantes, companheiros e companheiras de longas datas de diversos setores.

Eu quero começar apenas localizando uma coisa: eu hoje estou como assessor da Frente Parlamentar Mista do Serviço Público no Congresso Nacional, não estou mais no movimento sindical há algum tempo. Hoje estou assessorando a frente, que é composta por dezenas de entidades de servidores federais, estaduais e municipais, por todas as centrais sindicais, coordenada por alguns deputados e senadores — e aí eu destaco a Deputada Alice Portugal, do PCdoB da Bahia; Deputado Rogério Correia, do PT de Minas Gerais; o Deputado Paulo Ramos, do PDT do Rio de Janeiro; Deputado Danilo Cabral, do PSB de Pernambuco; e os senadores Paulo Paim, do PT do Rio Grande do Sul; e Zenaide Maia, do Pros do Rio Grande do Norte. Desses, apenas o Senador Paulo Paim não é servidor público de carreira, mas é um dos que participou ativamente do processo constituinte quando eu, na época sindicalista, a gente conseguiu garantir alguns direitos, não só para os trabalhadores como um todo, mas pontualmente colocando aqui para servidores públicos das três esferas. Então, eu quero... **(falha na transmissão do áudio)** a conversa sobre essa PEC, primeiro deixando bem claro, não é uma Reforma Administrativa. Na verdade, ela é mais um passo na Reforma do Estado brasileiro, que começou na década de 60 do século passado, ainda na ditadura militar, quando foi feito o primeiro movimento colocando apenas um pequeno grupo de servidores como dignos de estarem no estatuto do

funcionalismo, onde surgiu a ideia de carreiras típicas de Estado, colocando todo o restante na CLT. E se a gente for olhar nos documentos da época, está lá que o único objetivo de colocar os servidores, de estatutários para CLT era para demitir mais fácil, abrindo espaço para terceirização e contratação temporária, que passaram a surgir na administração pública naquele período.

A constituinte reverteu um pouco isso, porque o objetivo não era poder simplesmente colocar terceirizado, colocar temporário, colocar pessoas que não fossem do quadro do funcionalismo para exercer atividade de servidor público. A iniciativa ali era já abrir espaço para a privatização do serviço público. E as duas coisas foram parcialmente revertidas pela constituinte, que garantiu, primeiro, direitos sociais para toda população, a obrigação do Estado de estar presente na implementação dessas políticas sociais e, obviamente, todo quadro funcional (federal, estadual, municipal) e dos três Poderes (Executivo, Legislativo e Judiciário) deveriam ser servidores concursados, estatutários dentro da realidade de cada um dos entes federados. Esse processo começou a ser revertido no Governo Fernando Henrique, quando, na verdade, além de manter terceirização e contratação temporária, colocou-se uma figura que não existia até então, das Organizações Sociais, que seria uma forma de terceirizar não necessariamente um serviço, mas toda uma unidade.

A partir da presença das Organizações Sociais, nós tínhamos unidades de saúde, unidades de educação e outras, que trabalhavam principalmente em políticas sociais, na mão da iniciativa privada, disfarçada da participação de instituições sem fins lucrativos. Duas coisas foram tentadas naquele período, que depois virou a Emenda Constitucional 19, que foi a tentativa de acabar com o e: Regime Jurídico Único criado pela Constituição, em 1988, e também acabar com a estabilidade dos servidores, voltando a um modelo CLT da ditadura militar, e reduzindo, ainda mais, a participação daquelas carreiras que exerciam atividades exclusivas de Estado. Obviamente, que não foram vitoriosos nessas duas últimas partes, mas conseguiram, de uma certa forma, avançar na privatização dos serviços públicos através dessas OS (Organizações Sociais), das Oscips (Organizações da Sociedade Civil de Interesse Público) e de outras instituições sem fins lucrativos. E, na verdade, não se pode dizer que não tem fins lucrativos, uma vez que ganha dinheiro do Estado. E, se a gente observar, no Brasil inteiro, onde as Organizações Sociais, onde as Oscips têm presença, nós podemos observar duas coisas: primeiro, o serviço é remunerado, geralmente pelo município ou pelo Governo do Estado, num custo muito mais alto do que se estivesse sob a gestão da administração pública de forma direta. A outra coisa é a contratação de forma muito precária das pessoas que trabalham nessas instituições, sem nenhum dos direitos que um servidor de carreira tem, sem nenhuma garantia que um servidor de carreira tem, obviamente, quem sofre com os dois resultados é a população, que é atendida por pessoas, muitas vezes, não qualificadas, e um serviço também de péssima qualidade, na grande maioria dos lugares.

Eu tenho participado de várias Audiências Públicas, alguns companheiros, delas — inclusive Antônio Carlos é um dos responsáveis por eu estar viajando virtualmente o Brasil todo — a gente acompanhou, por exemplo, a Audiência Pública do

Município de Tatuí, no interior de São Paulo, onde foi informado, por um vereador do Partido dos Trabalhadores, que a Santa Casa de Misericórdia não recolhe as contribuições previdenciárias e trabalhistas, nem Fundo de Garantia, dos seus funcionários.

O Deputado Rogério Correia, um dos coordenadores da Frente Parlamentar que eu assessoro, durante o recesso, esteve visitando várias unidades, no interior de Minas Gerais, bem próximo à Belo Horizonte, na cidade de Contagem. Ele trouxe de lá a informação que a prefeita foi obrigada a reestatizar as unidades de Saúde, que estavam na mão das Organizações Sociais, porque nem os profissionais de saúde recebiam seus salários. Todos os médicos, que eram servidores cedidos à Organização Social, sobre a responsabilidade da gestão, inclusive salarial, da Organização Social, estavam sem receber salários. Outras obrigações com a população e com os funcionários também não estavam sendo cumpridas. Então, a prefeitura de Contagem foi obrigada a recuar e trazer de volta para a administração pública.

Por que eu coloco isso? O objetivo da Reforma Administrativa, que se apresenta agora, é dar continuidade a esse processo. Por exemplo, a Emenda 95, que colocou teto de gastos. Só é teto para despesa de pessoal e políticas sociais: saúde, educação, assistência social, previdência social, bolsa família e outras coisas. As PECs 186, 187 e 188, o que elas têm? As PECs 187 e 188 estão paradas no Senado, mas a 186, transformada em PEC Emergencial, congelou, para a União, Estados, Municípios e o Distrito Federal, mais ainda, expandindo a Emenda 95 do teto de gastos, colocando quatro formas de congelamento.

Congelamento de quê? Despesas com políticas sociais e despesa de pessoal, nada disso, e liberando, sem limite, sem teto, pagamento de juros e encargos de dívida pública das três esferas também, ou seja, aumenta o dinheiro... **(inaudível)** do sistema financeiro, graças à diminuição do dinheiro para custear despesas com políticas sociais e despesa de pessoal. E, obviamente, essas Emendas, junto com a Reforma Trabalhista — que reduziu muitos direitos e condições de trabalho do setor privado —, junto com a Reforma da Previdência — que atinge tanto servidores quanto trabalhadores da iniciativa privada —, fazendo que nos dois casos, tanto servidores públicos federais, estaduais, municipais, quanto trabalhadores do setor privado, a grande maioria, não consegue mais chegar a condições de se aposentar. Por exemplo, os atuais servidores vão ter dificuldade, aqueles que não tiveram ainda sua aposentadoria concedida, para chegar, e os que têm vão ter dificuldades — eu falo disso aqui a pouquinho. E, para terminar, nós não podemos deixar de encaixar nesse quebra-cabeça a legislação.

E, eu falo Lei e Decreto de Terceirização, que no caso da Reforma Administrativa se encaixa perfeitamente bem a partir do Decreto do Governo Temer, que permite que praticamente 100% das atividades do setor público sejam terceirizadas. O que sobra? Os cargos de direção e algumas atividades muito específicas do serviço público. Por exemplo, na área de segurança, a atividade fim do policial não é terceirizada, mas todo o restante pode ser. Significa a privatização dos serviços de suporte, inclusive atividades exclusivas do Estado.

Na Receita Federal, na Estadual, na Municipal a mesma coisa. O Auditor Fiscal vai continuar trabalhando como servidor

público, mas todo o suporte das Secretarias da Receita Federal, Estadual e Municipal podem ser terceirizado. E aí, nós vamos entrando, exatamente, no que é a Reforma Administrativa. Eu costumo dizer que ela tem um esqueleto, que é o cerne da questão, da reforma propriamente dita, que é o artigo 37. O que ele faz ali? Ele aumenta a presença de Organizações Sociais; aumenta a participação de temporários; aumenta a participação de Oscips e outras entidades sem fins lucrativos. Só que ele traz mais um personagem para essa história, para essa peça que já vem sendo montada há décadas, que é a possibilidade de participação de empresas privadas com fins lucrativos, que até então vinha sendo feito de forma disfarçada. A PEC faz isso: mantém Organização Social; mantém Oscip; mantém outras entidades sem fins lucrativos; aproveita a terceirização que foi aumentada; aumenta a participação de temporários, dando outro nome: vínculo por prazo determinado. O que é isso? É temporário. Frangiliza a relação dos servidores, mas com objetivo único — único — de privatização de praticamente 100% do serviço público. E aqui uma diferença entre a tramitação da Reforma Administrativa da Reforma da Previdência. A Reforma da Previdência original tinha um objetivo de atingir, num mesmo momento, federais, estaduais, municipais e Distrito Federal. Por que foi dividido com uma eleição municipal logo chegando? Então, para não correr risco, várias lideranças de Estados e municípios foram para cima do Governo Federal dizendo o seguinte: “separa senão a gente se queima na eleição lá no meu município”. E essa separação foi feita.

Nesse caso, uma das razões de tentar correr com a PEC, porque ano que vem tem eleição para Estados e para federal, não vai atingir municípios, então o que é que faz? Corre com a PEC, mas já pega todo mundo ao mesmo tempo. O que vai sobrar para as Assembleias Legislativas e para as Câmaras Municipais é regulamentação de uma coisa que será aprovada para todo mundo na PEC 32, que é a Reforma que está no Congresso. Porque basta a gente olhar o seguinte: onde essa PEC mexe? Nos artigos 37 a 42, depois pula lá para o final, para a área de Segurança. Mas os artigos 37, 38, 39, 40, 41 e 42 da Constituição valem para as três esferas de governo. Valem para o Executivo, Legislativo e o Judiciário também. Ou seja, é uma única PEC para pegar todo mundo. Vai sobrar para as Assembleias Legislativas, a partir de atos dos Poderes Executivos Estaduais — e a mesma coisa nos municípios —, regulamentação. Por exemplo, vai ser dito no texto, como falou o relator, que servidor vai poder ser mandado embora se tiver avaliação de desempenho insuficiente. Como se dará isso? Uma lei federal vai dar as linhas gerais e os Estados e municípios mais o Distrito Federal vão regulamentar de acordo com a sua realidade. Mas ninguém vai poder tirar a possibilidade de demissão por insuficiência de desempenho.

Então, isso é uma coisa que eu acho que a gente tem que deixar bem claro. Vai pegar todo mundo ao mesmo tempo.

Uma outra coisa que eu acho que tem que ficar claro: como eu falei, a proposta busca a privatização dos serviços salvando algumas atividades. Como é que eu posso privatizar todo o serviço se eu tiver pessoas que são estatutárias que têm estabilidade que eu não posso demitir? Eu privatizo uma universidade federal e como é que eu faço com aquela turma que trabalha lá? Aí entra a parte que eu falo do invólucro da

PEC, que é a facilidade de dispensa de trabalhadores do serviço público. De imediato, daqui para frente ninguém vai ter estabilidade. E aqueles que estão hoje terão a sua estabilidade flexibilizada. De que forma? A possível demissão por insuficiência de desempenho, com a avaliação feita por critérios muito subjetivos na mão de cada prefeito, de cada governador ou secretário, de cada ministro ou secretário, ou presidente de estatal que vai dizer como demitir. O que é que vai acontecer? Os atuais servidores, na hora que eu privatizo uma instituição, como uma universidade federal — e elas todas, sem exceção, serão privatizadas —, os servidores que entrarem nessa instituição a partir da PEC 32 transformada em Emenda Constitucional, já não terão estabilidade. Aí eu vou usar uma expressão que foi usada pelo Secretário Adjunto da Secretaria de Gestão de Pessoas do Ministério do Planejamento, que ele chama de possibilidade de demissão por obsolescência ou por falta de demanda de trabalho. Alguém perguntou: “como é esta história de obsolescência?” Cargo obsoleto que muita gente entende é o datilógrafo, que não existe mais, é o operador de telex e outras coisas. Aí ele falou: “Não. Obsoleto é o servidor que pode ter pouco tempo de Casa, mas ele está trabalhando num serviço que está sendo privatizado. Ele se torna obsoleto, porque não precisamos mais dele.”. E aí é isso que é a reforma. A possibilidade de dispensa de servidores o máximo possível para poder privatizar.

Bem rapidamente, como é que nós vamos ter serviços públicos depois dessa PEC aprovada e tudo regulamentado? Eu vou pegar dois exemplos: Saúde e Educação. Nos dois, o atendimento básico à população — que hoje é majoritariamente município, e alguma coisa o Estado — será entregue às Organizações Sociais (OS), Oscips e outras entidades sem fins lucrativos, com participação, obviamente, da sociedade, fora do serviço público — entendamos aí poder político local ou regional. No caso da educação, creche e ensino infantil, 100% fora da gestão das prefeituras.

E ensino fundamental? Sai das prefeituras, e em alguns casos do Governo do Estado, e vai também para instituições privadas através de OSs, Oscips e outras instituições.

Já o ensino médio, tecnológico e universitário, entregues a empresas privadas com fins lucrativos. Por exemplo, o Ministro Paulo Guedes deu o exemplo da região Centro-Oeste, que é voltada para o agronegócio, as universidades federais seriam entregues a instituições privadas, que, por contrato de gestão, como está no texto da PEC, poderiam assumir as universidades. Já vem sendo estudado aqui, o Ministro da Educação falou isso outro dia, podendo cobrar mensalidades. E aí podemos usar dois modelos: ou o modelo da cobrança direta, durante o curso da graduação, ou o modelo chileno, que foi colocado pela ditadura de Pinochet, onde a pessoa faz o curso e no final recebe, numa mão, o diploma e, na outra mão, a conta para pagar com prazo determinado, independentemente de essa pessoa estar trabalhando ou não.

Ah, sim, as universidades. Por exemplo: na região Centro-Oeste o Ministro Paulo Guedes sugere, não só nessas, mas em todas, o fim de todos os cursos de humanas, porque ele disse que isso não traz lucro para o setor que essas universidades vão atender.

No caso da saúde, todo o sistema de atendimento básico, as Unidades Básicas de Saúde, incluindo o Samu, seriam entregues

a instituições privadas não lucrativas, como Organizações Sociais e Oscips. Não teria mais a participação direta da gestão pública.

Média e alta complexidade, incluindo tratamento de todo tipo: internações e cirurgias, na mão de empresas privadas ou planos de saúde. Quem pode paga, quem não pode não tem. 100% privatizado.

E o que eu faço com os servidores da Educação e da Saúde? Aquilo que eu falei: os que tiverem por acaso entrado no serviço público depois da PEC, pura demissão. Os outros: primeiro, tentar colocar todo mundo num "carreirão", porque aí aumenta a mobilidade. À medida que vai entregando uma unidade, vai deslocando aquele servidor para outro. E para ele não custar muito dinheiro enquanto não puder dispensá-lo, precisa-se de algumas adaptações.

E aí, bem rapidinho. Fim de regime jurídico único: teremos novos regimes jurídicos. Cargos, todos eles, em extinção. Nenhum concurso para esses cargos atuais. Serão sempre nos novos. E aí significa, ao mesmo tempo, o fim da previdência de regime próprio de servidores públicos. Por quê? Os atuais, que sustentam o regime próprio, não terão mais ingresso, mas as pessoas se aposentarão e morrerão deixando pensionistas. Casando com a Reforma da Previdência, o que vai acontecer? O regime fica deficitário. A Reforma da Previdência de dois anos atrás autoriza o aumento do desconto. Detalhe: sem reajuste salarial, sem reajuste de proventos, mas com aumento de descontos. Significa que o rendimento dessas pessoas vai diminuir. Estabilidade relativizada, como eu falei. A mobilidade, para poder deslocar os servidores de um lado para outro. Modelo de remuneração baseado numa sugestão do Banco Mundial, onde desaparece o tempo de serviço, e a pessoa só vai poder receber a remuneração junto com o seu desenvolvimento na carreira baseado em avaliação de desempenho. Se a avaliação de desempenho é boa, remuneração cheia. Se não for boa, pode não ser cheia. E no desenvolvimento, a pessoa só vai progredir por avaliação de desempenho. Significa, segundo a turma do Ministério da Economia: vamos reduzir despesa de pessoal com isso. Sem contar uma coisa que não está na PEC, mas está na outra PEC, que é a possibilidade de redução de jornada com redução de trabalho, o que significa que interfere também na média do cálculo da aposentadoria das pessoas, o que mostra que em tudo essas reformas estão casadas.

Eu quero apenas concluir, lembrando aqui que 45 Emendas foram apresentadas à PEC, mas dessas Emendas alguns pontos apenas, o relator, Deputado Arthur Maia, do DEM/BA, disse que vai acatar. E ele tem algumas coisas que ele entende da cabeça dele, da equipe dele, que não está necessariamente em nenhuma Emenda. Por exemplo: a gente vem batendo sempre na discussão de carreiras típicas de Estado, onde mantemos as que tem e podemos garantir que, por ser obrigação do Estado saúde, educação, assistência social e outras, também sejam consideradas típicas de Estado. A proposta do relator é tirar a palavra "típicas" e colocar "exclusivas". Porque aí algumas atividades que o Estado participa junto com a iniciativa privada, por não serem exclusivas, não teriam garantia de estabilidade. Então ficaria: o diplomata, não necessariamente o restante dos funcionários do Itamaraty; o policial, mas não necessariamente os servidores da área de

segurança; o auditor fiscal, mas não necessariamente os servidores da Receita; e vai por aí. E aí ele disse o seguinte: eu ponho "exclusivo". O que é exclusivo? Cada ente federado regulamenta o seu. E somente esses teriam estabilidade, mais ninguém.

Avaliação de desempenho: a proposta do relator é colocar a "sociedade" (entre aspas)—a sociedade, entenda-se, iniciativa privada—, participando da avaliação por serviço e do servidor. O que é que significa isso? Cria-se uma instituição (também entre aspas) "independente", com a participação do setor privado, que vai avaliar o serviço prestado por aquela unidade de saúde... (**ininteligível**) ou qualquer outro, e vai avaliar o servidor. Pode chegar à conclusão de que aquela coisa ali tem que ser privatizada e que aquele servidor pode ser demitido. Outra coisa: ele quer reverter dois pontos que eu acho que diminuí um pouquinho, mas não resolve o problema, que é garantir um percentual de participação dos servidores nos cargos de chefia. Hoje, por um decreto federal, 50% dos cargos de chefia têm que estar na mão de servidor concursado. Ele diz que quer garantir um pedaço, mas não fala qual.

Outra coisa: ele acha que não tem que ter temporário em tudo que é lugar da forma que a PEC está propondo. Ele quer limitar um pouco. Mas não fala nada sobre terceirização.

O vínculo de experiência: ele entendeu que muita gente vem colocando, que realmente é gritante, você não pode ter uma pessoa por 2 anos, por exemplo, num concurso para Polícia, para a Receita, para o Banco Central ou para outras instituições e depois de 2 anos ela não é aproveitada depois desse período de vínculo de experiência e ela sai, tendo vivido 2 anos de experiência lá dentro, tendo acesso a muitas informações, muitas vezes comprometedoras para o funcionamento da instituição. Então ele quer mudar um pouco isso, manter o estágio probatório com algumas mudanças...

O SR. ANDERSON PEREIRA (Presidente) - Dois minutos para concluir, Vladimir.

O SR. VLADIMIR NEPOMUCENO (*Por videoconferência*) - Diz ele que vai incluir a cúpula do Judiciário no texto, que eu acho que se incluir vai ser para ser derrubada logo depois.

Bom, eu paro por aqui. Eu já estourei meu tempo, mas eu acho que são informações importantes para que a gente possa ter bem claro o que é a verdadeira Reforma Administrativa. Obrigado, Deputado Anderson Pereira, obrigado Deputado Lazineiro da Fetagro. Fico à disposição. Um abraço.

O SR. ANDERSON PEREIRA (Presidente) - Obrigado, Vladimir. E ainda, por 20 minutos, representando a entidade Federação Nacional das Carreiras... Não. Corrigindo: Sindicato dos Técnicos Tributários do Estado de Rondônia, o Senhor Emílio. Terá 20 minutos, também, para a sua apresentação. Está aqui, ele está presencial, não é? O Emílio está aqui? Está aqui o Emílio, ao meu lado. Pode ficar à vontade. Se quiser usar a tribuna, se fazendo necessário, fique à vontade.

O SR. EMÍLIO MÁRCIO DE ALBUQUERQUE – Acho que eu vou ficar aqui mesmo. Bom dia a todos. É com alegria que eu aceitei essa missão, no fórum que representa os sindicatos contra a Reforma Administrativa do Estado...

O SR. ANDERSON PEREIRA (Presidente) - Só corrigir aqui, amigo, te cortando rapidamente. Vereador Carlos Afonso, do PROS/Jaru, foi o primeiro vereador que abriu esse debate aqui no Estado de Rondônia. Eu participei dessa Audiência Pública muito importante. Parabenizar e, inclusive, a Audiência dele motivou a gente a estar aqui hoje nessa discussão. Espero que motive os demais vereadores dos municípios para abrirem esse debate, essa discussão, mobilizar, sensibilizar e orientar os servidores quanto ao que está lá no Congresso Nacional. Desculpe. Pode dar continuidade.

O SR. EMÍLIO MÁRCIO DE ALBUQUERQUE – Tranquilo. Agradecer a oportunidade de estar aqui na Assembleia para debater esse assunto que tem tirado o sono de todos esses representantes que estão aqui à nossa frente. Acho que ninguém aqui tem dormido direito desde que essa proposta insana foi apresentada. O servidor público, do dia para a noite, passou a ser tratado como problema do País, mas nós vimos que na pandemia o servidor público era o grande herói deste País. O pessoal da Saúde, da Segurança, das Finanças; enfim, os professores que fizeram malabarismo para manter nossas crianças educadas e ocupadas. Quebraram muitos mitos, não é? Essa questão da aula à distância, que seria bom para a criança e a gente viu que não é bom nem para a criança, nem para os pais. Acaba sobrecarregando todo mundo, a criança não desenvolve. Eu conversando com uma amiga, ela disse que o filho dela já era para estar lendo e ele está bem longe disso, não é? Por causa da falta da escola, da interatividade e de tudo o mais.

Então assim, meu discurso, vou levar para uma outra linha, que é justamente para os meus colegas aqui que representam classe e que vivem o que eu e meu presidente aí, o Germano, a gente vive na nossa categoria. Nós temos colegas que se recusam a aceitar o que está acontecendo por causa de posicionamentos políticos. Estão colocando o sustento da sua família, o sucesso da sua carreira, a sua dignidade, estão colocando isso depois de questões ideológicas, não é? Misturando tudo, misturando política com sua profissão. Isso tem que acabar, pessoal, independentemente de quem estiver no poder, de esquerda, de direita, de centro, comunista, não comunista. O fato é: a Reforma Administrativa que foi proposta pelo Governo Federal e pelo Ministro da Economia acaba com o serviço público como hoje nós temos.

Então, na minha visão, um dos principais prejuízos é justamente a estabilidade, acabar com a estabilidade dos servidores, e instituir formas de contratar, de forma temporária, servidores para trabalhar ao lado de servidores estáveis. Então, você que é servidor e está me ouvindo, isso tem uma consequência muito além da questão do dia a dia. Por exemplo, as contratações por tempo determinado e indeterminado, as contribuições não vão para o regime próprio, não vão para o Iperon; vão para o INSS. E hoje nós estamos aqui — eu estou até aqui ao lado da Presidente Gislaíne, me permita falar sobre o assunto —, o TJ realizou um concurso por tempo determinado para contratação de analista e técnico judiciário, que já tem o cargo, que já tem uma carreira. E esses novos contratados não vão contribuir para o Iperon; vai para o INSS.

Então, vejam, se passar a reforma do jeito que está, com essa contratação em massa, por tempo determinado ou

indeterminado, com o tempo, o sistema não vai conseguir se manter. Então, nós teremos o problemático, que é esse que é estável, que é cheio de direito, e aí vão dizer: “não, é melhor contratar por tempo determinado”. E um belo dia eles vão olhar para o Iperon e dizer assim: “Ué, mas não está mais entrando dinheiro? Não tem como pagar esse pessoal aí”. Mas por quê? Porque aos poucos o sistema foi migrando para o regime geral. E aí, no futuro, meus amigos, o que vai sobrar para nós? O governo diz que ninguém vai ser afetado, que todo mundo vai manter seus direitos. Mas falando financeiramente, da sustentabilidade, com o tempo, o Iperon não terá outro destino a não ser adotar a mesma sistemática do INSS. E pessoas como nós aqui, que contribuíram em cima de seu salário, alguns que passam do teto, vão ter que encerrar esse prejuízo, talvez entrar na fila do precatório, algo parecido, depois de uma vida toda de contribuições para o sistema.

É bom lembrar que o servidor público não tem FGTS. O servidor público, se demitido, não tem seguro-desemprego. Então, a estabilidade, quando foi criada, era uma espécie de bônus para alguém que entrou num lugar que, quando ele sair, ele não tem nada. Então, na iniciativa privada, eu tenho colegas, por exemplo, da Caixa Econômica, eu conversando esses dias com ele, ele falou para mim que tinha R\$ 400 mil de FGTS. E eu perguntando “eu tenho quanto?”. Então são coisas que foram criadas.

Então, assim, a gente, muitas vezes, fica imaginando que os direitos caíram de paraquedas, mas não foi. O que querem implantar hoje já existiu lá no passado. Antigamente servidor não tinha estabilidade. Ele era regido pela CLT, ele podia ser demitido, não é? E tudo mais. E nós vimos o que aconteceu. A estabilidade, na verdade, é a maior proteção contra a corrupção que o Estado, a sociedade tem, porque a estabilidade dá poder para o servidor dizer “não” por uma sugestão indecorosa. Então, desde o professor, desde o auxiliar administrativo, desde o cara mais humilde da administração até aquele que está no posto mais alto, devido à estabilidade, ele pode dizer “não” para uma proposta indecorosa. Mas sem estabilidade, não. Ora, quem que, dependendo da vontade de alguém, exclusivamente, vai dizer “não” para algumas coisas, não é? Um pai de família que está cheio de dívidas, como ele vai dizer “não” para uma ordem legal, por exemplo, vinda de um juiz? Está ali ganhando seus R\$ 5, 6, 7 mil, aí chega um juiz, um promotor ou qualquer outro cargo, um delegado e diz assim: “rapaz, quebra essa daí para mim, quebra, porque se você não me obedecer, eu vou te substituir”. Então, a gente tem que falar a verdade.

Na verdade, essa Reforma Administrativa vai instituir de vez a corrupção no País. E quando você terceiriza, e quando você torna a substituição uma constância, você não cria, você não tem servidores com conhecimento sedimentado, porque quando o cidadão está começando a aprender, aí ele sai, aí entra outro. Quem vai sofrer com isso? Então, você tem uma repartição pública como a Sefin, que tem legislação tributária complexa, que tem que estudar muito, imagine que quando aquele cidadão que atende um contribuinte estiver começando a se habituar com aquele monte de legislação, ele seja substituído. Aí, chega o contribuinte para ser atendido, ao invés de ser atendido em meia hora, vai passar dias sem solução do problema.

Então, tudo isso, pessoal, essa Reforma Administrativa traz. Não é verdade, você que é servidor público que está na

administração hoje, não é verdade que não vai trazer prejuízo para você. Como é que uma categoria vai pedir aumento de salário — eu vou dar o exemplo de novo do TJ, me desculpe Gislaíne —, como é que o analista e o técnico judiciário vão pedir alguma melhoria salarial tendo um cidadão que ganha a metade do que ele ganha, ali do lado? Então, chega lá o servidor e diz assim: “Doutor, não tivemos revisão este ano, o senhor não vai dar revisão?”. E ele: “Não”. “Ah, vou fazer greve”. “Faça, eu contrato mais gente para colocar no seu lugar aqui, eu já tenho gente trabalhando pela metade do preço e eles não são problemáticos.”.

Nós passaremos a ser os problemáticos da administração, digo, do serviço público. Então, vai prejudicar, pessoal, principalmente quem já está. Não é verdade, eu repito, todos seremos afetados, todos! Começa com o salário, depois vai para o tratamento que a administração vai dar para você, vai te chamar de “é o problemático, o cheio de direitos, viu lá?”. Entendeu? Com o tempo você vai procurar melhorias salariais, quem tiver cargo de chefia e alguma coisa, naturalmente vai ser substituído. Ou ele fica calado ou ele vai ser substituído. Então assim, é uma ocupação gradativa de quem está ali, temporariamente, em relação àquele que tem estabilidade, àquele que tem os direitos. Então, é uma catástrofe. E, nós vamos ter muitos setores chaves do Estado, cedendo a caprichos de pessoas inescrupulosas, infelizmente. Nós teremos pressão quanto à questão do que é típico e o que não é típico. O que pode ser estável ou não estável. Nós temos o pessoal que cuida da licitação. Já pensou colocar um camarada que cuida da licitação sem estabilidade, sem garantia de que ele possa ser imparcial, tendo pressão de alguém ali “ei, dá um jeitinho de direcionar”, não tem como. Você chega no hospital. O hospital está lotado, a fila da cirurgia está grande. Aí chega o prefeito para o médico ou para o diretor do hospital, e fala: “Eu quero que você pule a fila, que meu primo, meu cunhado, meu irmão está com problemas. Você tem que pular a fila aí, eu quero que você dê um jeito de...”. Se o médico não tem estabilidade para dizer “Me desculpe, mas eu tenho que seguir, aqui, a fila, em respeito à sociedade”. Mas, se ele depende daquilo para sobreviver será que ele vai ter coragem de dizer não para o prefeito e estar no outro dia demitido? Então, afinal de contas, quem deve ter estabilidade e quem não deve? E aí vai para todo mundo, para os professores, em todo canto isso vai afetar bastante.

Eu quero aproveitar que os líderes sindicais estão aqui presentes, estão nos ouvindo: nós temos que começar, pessoal, a encarar aqueles nossos colegas, que estão trabalhando contra ele mesmo. Não é mais possível ficar calado diante de colegas que defendem a própria desgraça por questões ideológicas, isso não é mais possível. Nós temos que combater e demonstrar que a reforma não se trata de apoiar ou não apoiar governo. Trata-se de garantir ou não seu próprio sustento, a sua própria dignidade, é melhorar a sociedade. A Reforma Administrativa, repito, ela institui de vez a corrupção no País. Eu não sei quantos minutos eu ainda tenho.

O SR. ANDERSON PEREIRA (Presidente) – Você tem uma fala, agora que está em sete minutos.

O SR. EMÍLIO MÁRCIO DE ALBUQUERQUE – Ah, tranquilo. Então assim, pessoal, eu dei bastante esse exemplo do TJ porque eu

acho que é algo que afronta a gente, porque a Reforma Administrativa nem passou e nós já temos algo nesse sentido. Então, se passar, pode ter certeza — e vindo de um órgão que devia dar exemplo. Então, se passar essa Reforma Administrativa, alguém tem dúvida aqui que todos os órgãos aqui do Estado vão passar por isso? Eu não tenho dúvida. E vai complicar bastante a nossa situação. Então, nós temos, nas grandes mudanças da Reforma Administrativa, a questão da contratação por tempo determinado, indeterminado, para os cargos típicos têm um vínculo de experiência em que a pessoa entra, mas não entra, é como se fosse um morto-vivo, e não sabe se é morto ou se é vivo, porque ao final daquele prazo, ele ainda pode ser demitido. Isso é um absurdo! A pessoa perde toda aquela autonomia dentro do cargo que ela vai exercer caso se confirme. Então, pessoal, o Estado é grande? É outra reflexão que eu trago para a gente. Todo mundo fala assim: “o Estado é grande, ele tem que diminuir, ele é muito custoso”. Mas quem é que paga a maior parte de impostos no Brasil? São os pobres. Então o mesmo cidadão da periferia que compra 5 kg de arroz e paga aquele ICMS, o cara que é rico, muito rico, ele paga o mesmo imposto, mas proporcionalmente à renda, o pobre ali deu um percentual altíssimo do que ele ganha, enquanto que para o rico não fez diferença nenhuma.

Então, por exemplo, o ICMS — a gente chama de regressivo, porque ele cobra mais de quem ganha menos e cobra menos de quem ganha mais. Aí eu pergunto: que tamanho deve ser o Estado? O Estado deve ser do tamanho das necessidades do seu povo. A verdade é essa. Falta médico? Contrate mais médico. Falta professor? Contrate mais professor. Então esse discurso de que a economia com os servidores públicos é a solução, isso é uma grande mentira. Ora, se é o pobre a grande maioria da população que mais paga imposto, nada mais justo que ela também seja contemplada pela maior parte dos serviços públicos. E nós vemos que quem mais é contra o servidor público são justamente aqueles que são ricos, que estão numa situação financeira muito boa; aquele que o filho está num colégio particular; aquele que tem um bom plano de saúde; aquele que não pega ônibus. Aí ele olha para você e diz: “o Estado é grande. O Estado gasta muito, gasta mal”. Gasta mal, por que gasta com os pobres? Gasta mal por que gasta com quem não pode pagar um plano de saúde? Gasta mal por que o cidadão não pode colocar o filho numa escola particular com piscina, com tudo o mais?

Então, esse tipo de coisa, pessoal, nós temos também que combater. O servidor público não é nenhum fardo. Ele é quem faz a diferença na vida dos brasileiros. O que seria de uma... Nós temos o caso do Chile, que agora passou por uma confusão bem grande, porque fizeram isso lá atrás. Lá no Chile, lá no passado, também no período de ditadura, convenceram que o Estado tinha que ser pequenininho, que todo mundo tinha que pagar tudo. Então, lá tem escolas pagas, o plano de saúde lá ti:— o tal, digamos aí, o SUS — é um “SUSzinho”. Então, só cobre coisas triviais. Tem gente lá precisando de uma cirurgia, dessa mais simples que são feitas aqui no Brasil, há anos sofrendo. Eu vi uma vez uma reportagem de uma senhora que estava há 3, 4 anos sofrendo, porque não conseguia fazer uma cirurgia dessas simples que são realizadas pelo SUS aqui no Brasil. Mas por quê? Porque criaram essa teoria lá, de que o

Estado era grande demais, que não podia gastar com o pobre e essa economia era para bem do país. E hoje eles conseguiram, já estão num caminho de consertar isso aí.

E o aposentado? O aposentado no Chile é uma tristeza. Ele ganha, após se aposentar, em média, salvo engano, em torno de 40% do que ele ganhava na atividade. Então, tem situações de suicídio no Chile, porque o senhor está passando tanta necessidade após se aposentar, que ele prefere se matar para não dar despesa para os filhos, não é? Ele não quer ser um fardo, ele sente tanta vergonha de ter trabalhado a vida toda e não conseguir nem se alimentar direito, ele pega e comete suicídio.

Então, assim, nós estamos copiando — com essa Reforma Administrativa — o que há de pior no mundo, o que há de pior no mundo. Entende? Então, nós precisamos nos unir cada vez mais contra esse desmonte, que, na verdade, pune o brasileiro para privilegiar a iniciativa privada.

Querem dar *voucher*. Mas *voucher*? Isso não funciona. Ora, se não tem dinheiro para coisas básicas. O País não tem dinheiro para coisas básicas, e vai arranjar dinheiro para pagar, sendo que já tem uma estrutura, por exemplo, como da Educação. A Educação já tem as escolas, já tem as quadras, já tem tudo, o que é que vai fazer com esse patrimônio? Vai entregar de bandeja e ainda pagar para o cara que vai assumir a direção disso? Então, assim, são coisas totalmente absurdas. Nós estamos vivendo um ataque às universidades.

Vejam, pessoal, o que aconteceu nessa pandemia. Quem salvou o mundo? Quem salvou o mundo? Foi algum religioso? Não. Os religiosos ajudaram muito, assim como nós. Nós rezamos muito para que Deus arranjasse uma solução para essa tragédia que todos nós vivemos, mas quem foi o grande salvador do planeta? Foi a ciência, foram os professores universitários do mundo todo, pessoas que também eu considero sacerdotes, que, por anos e anos, estão dentro de um laboratório, muitas vezes anônimos. Foram eles que deram início à salvação do nosso planeta. E o que o Brasil está tentando fazer? O Brasil, hoje, está numa corrente de desmoralizar as universidades, de privatizar as universidades. Aqui no Brasil, nós temos cientistas de alto gabarito. E eles estão sendo muito atacados também. Nessa reforma, os professores universitários serão esmagados! Serão esmagados! Nós vimos que, sem ciência, não tem desenvolvimento. A nossa tecnologia de vacina, aos poucos, foi piorando. Aos poucos, foi perdendo o seu fôlego por falta de investimento, e agora a gente está retomando depois de uma tragédia. Então, às vezes, tem coisas más ou ruins que vêm para melhorar. Eu acho que depois dessa experiência chocante, nós vamos olhar melhor para as universidades, nós vamos olhar melhor para o SUS, nós vamos olhar com mais carinho para os professores. Então, realmente são tempos difíceis.

Quantos minutos?

O SR. ANDERSON PEREIRA (Presidente) – Quatro minutos. **(fora do microfone)**

O SR. EMÍLIO MÁRCIO DE ALBUQUERQUE – Então, vamos lá. Eu vou encerrar então, pessoal. Deixa eu pegar aqui qual foi o ponto que eu não abordei ainda.

Então, eu deixo aqui a minha mensagem de união, está certo?

Então, ao servidor que ainda não acordou, acorde. Não é verdade que a Reforma Administrativa não prejudica quem já está no serviço público. Isso é uma grande mentira. Faz parte de uma estratégia má para convencer aqueles que não estão atentos. Na verdade, vai prejudicar e muito, não só os que estão, mas principalmente a sociedade. A sociedade vai ser grandemente impactada. Os regimes próprios de previdência serão prejudicados, porque contratações em que as contribuições vão para o INSS não interessam aos servidores de carreira que estão vinculados ao regime próprio, ao Iperon. Então, é um prejuízo tremendo. Praticamente vai acabar com os regimes próprios, e vai deixar os atuais servidores a ver navios daqui a alguns anos, se isso passar — está certo?

Então vamos defender o serviço público, vamos todos ficar juntos. Não tem esse negócio de que um é melhor que o outro. Como eu expliquei: do auxiliar administrativo até o posto mais alto, todos serão afetados. A estabilidade é importante para todos. Como eu também já disse: o servidor público não recebe FGTS; não tem seguro-desemprego; quando ele é demitido, ele vai ficar na rua da amargura.

Então, imagine que isso passe, vai ser assim: ninguém mais vai querer ser servidor público, na minha avaliação, Deputado. Porque assim, entre ganhar dois salários mínimos na iniciativa privada, que paga FGTS, tem o seguro-desemprego, e vir para o serviço público, em que você pode ser mandado a qualquer hora embora e não vai ter direito a nada, é melhor ficar na iniciativa privada. Também ainda tem esse outro lado. Ou seja, com o tempo, se o salário não for muito, muito bom no serviço público, ninguém vai querer ser servidor público, não é?

Eu lembro que, até um tempo atrás, a gente dizia assim: "pessoal, nós temos que valorizar a educação, nós temos que pagar melhor o professor". Eu tenho uma cunhada que é professora lá no Texas. E aí, falando com ela, eu perguntei: "quanto é que você ganha aí, só por curiosidade?". Como ela já é antiga lá, ela está ganhando algo em torno de cinco mil dólares. Eu falei: "mas e o juiz, ganha quanto?" Aí ela falou: "não, não chega a ser três vezes, dá uns doze, treze mil dólares". Agora você compara o salário de um professor e de um juiz aqui no Brasil. É dez, é...

Então assim, tem alguma coisa de errado. Aí a gente estava nesse caminho, a gente estava nesse diálogo de valorizar o professor. Mas, com a Reforma Administrativa, nós vamos fazer o contrário. O que já estava ruim, se tiver as contratações temporárias, vai ficar ainda pior. Então, nós vamos ter aí o professor ganhando o piso salarial e não vai passar do piso. O piso é o que vai restar para... Não vai ter carreira, você vai estar sempre preso ali no piso. Está certo? Obrigado a todos.

O SR. ANDERSON PEREIRA (Presidente) – Obrigado, Emílio, pela fala. O Deputado Léo Moraes, ele já está entrando de forma on-line. Assim que ele entrar... Ele está numa agenda, pediu só mais alguns minutos. Ele vai entrar aí e fazer a fala. E agora eu vou dar início à fala da Mesa aqui para repassar para os demais e para os que estão remotamente também, que estão inscritos aqui.

Com a palavra, por três minutos, a Gislaíne Magalhães, Presidente do Sindicato do Poder Judiciário – Sinjur.

A SRA. GISLAÍNE MAGALHÃES CALDEIRA – Bom dia a todas e todos aqui presentes e aos que estão de forma virtual.

Primeiramente eu quero agradecer e parabenizar a iniciativa do Deputado Anderson Pereira e do sempre receptivo Deputado Lazineiro da Fetagro, nas causas dos trabalhadores, nas representações. Nós somos frequentemente recebidos nesta Casa do Povo, por vocês, e isso é a primeira importância do que eu quero falar aqui, porque a nossa vida é feita de escolhas. Então, quando a gente escolhe bem, a gente tem representação. Nós estamos aí na iminência, num momento de dificuldade no Brasil, em meio a uma pandemia, na qual a gente, ouvindo as falas dos colegas e acompanhando essa PEC 32, essa proposta, nós vemos que Brasília, parece que funciona de uma forma orquestrada, não é? Na última semana, aí, acompanhando o trâmite na Casa Legislativa Federal, nós vimos reforma, minirreforma trabalhista, a Reforma Previdenciária chegando aqui à porta da nossa Casa, Reforma Tributária, Reforma Administrativa, então, uma pressa que nos chama a atenção. Num momento em que tem pressa, tem que ter agilidade, de um processo que levou anos para se construir, que foi a nossa Constituição de 1988, que foi formada num processo contínuo, solidário, equilibrado, para que a população mais fragilizada pudesse ser acautelada, protegida. Então, não foi... A Constituição de 1988 tem pilares de sustentação que não são dos servidores públicos, são do povo brasileiro. E o Brasil não só tem condições de manter a Constituição de 1988, como a classe política tem o dever de manter esses pilares de equilíbrio, de solidariedade, de continuidade de um projeto que tem as políticas sociais que acolhem a todos. Nós precisamos de equilíbrio. Nós precisamos de um Estado forte. Eu vejo uma distorção muito grande na minha representação, enquanto Presidente do Sindicato dos Trabalhadores do Judiciário, quando eu vejo servidores públicos sendo envolvidos numa política obscura, na qual espaços privados querem ocupar o setor público e o governo, de uma forma orquestrada, trabalha a população brasileira na sua fragilidade, de que ele é a família, de que ele é o Brasil e Deus, porque você não vê (desculpa aqui a sinceridade), nenhum bandido se apresentar como tal. Ele já chega falando para você do lado bom da coisa, que ele é Deus, que ele é estruturado, então, nós precisamos acordar, enquanto servidores públicos. Quando se fala que essa PEC, a estabilidade é do servidor público, eu fico indignada. A estabilidade não é do servidor público, é do serviço público. Nós precisamos ter garantias para que o setor público, para que a classe, para que a população fragilizada seja atendida. E quando falaram para mim, que eu venho acompanhando aí os debates em nível nacional, "o Judiciário, o Legislativo, não estão na PEC", eu disse: "duvido". E mesmo no dia 3 de agosto, quando acompanhei, Deputado, e eu o encontrei em Brasília o movimento, que surgiu do Movimento "Basta", de ruas, e dizia: "O que é que vocês estão fazendo aqui?" O próprio deputado falou para a gente, da Federação do Judiciário, da qual eu faço parte. Quem não está na PEC são os membros do Judiciário. E não vão entrar. E eu sou contra eles não estarem? Não. Eu sou contra todos nós estarmos nessa PEC. Eles têm de ter autonomia, sim. Os membros do Poder Judiciário não podem estar nessa PEC mesmo não. E nem nós, servidores públicos. Agora nós vivemos uma política do "salve-se quem puder": "Não, eu não estou; eu não vou". Eu já sabia que nós iríamos entrar, não é? Uma carta assinada em branco, como vem sendo;

um projeto que desequilibra toda uma estrutura de Estado. É como se alguém dissesse para nós assim: "olha, a vaca está com carrapato. Vamos ali e vamos matar a vaca.". Não. O setor público precisa ser reestruturado onde tem falha. Mas não podemos permitir, *voucherização*, perda no serviço público da estabilidade. A nossa estabilidade é inegociável. E isso, esta Casa aqui, eu parabenizo mais uma vez, porque a nossa voz em Brasília, dos nossos deputados federais, e agora a pouco, o Deputado Léo Moraes vai adentrar nesta Audiência Pública aqui, nós precisamos das nossas vozes em Brasília. Nós somos as vozes dos nossos sindicalizados. Aqui nesta Casa, hoje, que nos recebe, que é a Casa do Povo, está a voz do trabalhador de Rondônia. E nós precisamos ser ouvidos e nada com pressa deve ser feito. Inclusive, eu já quero me manifestar aqui, que existe uma proposta de Reforma da Previdência, no Estado de Rondônia, que fomos, a gente já vinha acompanhando, chegou nesta Casa, salvo engano, final de 2019, e houve uma movimentação por parte do Governo do Estado de aprovação disso com pressa, e nós nos manifestamos. E até agradeço, novamente, a voz dos trabalhadores aqui dentro, que nós conseguimos pedir, naquela oportunidade, a Audiência Pública. Entrou a pandemia, um momento de fragilidade, que impede a população brasileira de entender o que está acontecendo e nos impede de manifestarmos com democracia. E neste momento fomos surpreendidos, nos últimos dias, de que o Governador do Estado de Rondônia pediu a retirada desse processo, e que vai retornar à Casa, e que querem pressa. Nessas reformas, tanto administrativa, tributária, nesse desmanche da estrutura do Estado, eu não consigo entender porque alguém fala em um projeto de tamanha magnitude que tenha que haver pressa. Porque alguém, para mudar alguma coisa, tem que apresentar para você causa, consequência e a justificativa do novo projeto, com números, com equilíbrio, ouvindo os interessados. E como que explica um Estado novo como o nosso, que já sofreu tantas reformas, como que me explica alguém, que é uma conta que para mim não fecha, que um Tribunal de Justiça, por exemplo, que tem três mil e duzentos servidores, mão de obra ativa, e que nós temos aí 800 servidores aposentados ao longo desses 35 anos, dos quais muitos se aposentaram antes do ano de 2010, e 50 magistrados, que 850 pessoas já comprometem a contribuição de três mil e duzentos?

O SR. ANDERSON PEREIRA (Presidente) – Para concluir.

A SRA. GISLAINE MAGALHÃES CALDEIRA - Vou finalizar. Então nós estamos aqui hoje diante de desmanche, e nós precisamos alertar a todos e nos manifestarmos e nos posicionarmos. Não é só para membros de carreira ou para membros do Judiciário. A estabilidade é do povo brasileiro, é a garantia do serviço público de qualidade e prestado para a população mais frágil. Não podemos aceitar *voucherização* e nem a perda da estabilidade. Muito obrigada.

O SR. ANDERSON PEREIRA (Presidente) – Parabéns, Gislaine, pela fala. Eu sempre disse, até antes de começar qualquer tipo de reforma no Congresso, se é para fazer reforma, tem que ser para todos. Agora, só fazer reforma para pesar para a classe que carrega a máquina nas costas, eu sou contra, só

por isso. Antes de ler a proposta, eu já sou contra, justamente por isso. Infelizmente, a Reforma Previdenciária passou, e hoje os Estados brasileiros precisam seguir a norma federal. Então, isso está servindo uma pressão da União aos Estados. É o que vai acontecer com a Reforma Administrativa. Eu lembro que, na legislatura passada, quando eu fiz uma Audiência para discutir a Reforma da Previdência, teve gente que me criticou. "Mas o Deputado está fazendo a reforma, ele nem vai voltar ela." Está aí. Eu sou o relator dela, conseguimos sobrestar na CCJ justamente pela pandemia, para fazer o debate, de repente, saiu, mas vai voltar, daqui a pouco chega aí. E o que a gente pode garantir é o amplo debate. Isso a gente pode garantir. E o meu voto, não é? O meu voto com a classe, desde que ela esteja, de fato, aquilo que a gente tem que cumprir, também nós não vamos engessar o Estado. Já passou no Congresso, agora a gente tem que aguentar aqui as consequências e tentar amenizar os prejuízos.

Também com a palavra, a Presidente da Central Única dos Trabalhadores, CUT, a Senhora Elzilene do Nascimento Pereira.

A SRA. ELZILENE DO NASCIMENTO PEREIRA - Gostaria de iniciar aqui a minha fala cumprimentando o Deputado Anderson pela magnitude deste evento. E junto com o Deputado Anderson eu estou cumprimentando toda a Mesa. E cumprimentar o Deputado Lazinho. E junto com o Deputado Lazinho, que sempre esteve junto aos trabalhadores, junto à CUT e junto aos trabalhadores da Agricultura Familiar. Eu quero cumprimentar todo esse plenário de trabalhadores; quero também aqui cumprimentar toda a nossa população que está assistindo on-line a esse grande evento. E a magnitude deste evento, ela vem trazer uma discussão muito importante.

Eu vou ser bem breve aqui. Eu fiz um relato. Primeiro, precisamos de um serviço público de qualidade, porque a partir do momento em que o gestor flexibiliza, precariza o serviço público para garantir a terceirização. E isso é muito ruim. Nós precisamos de mais eficiência e valorização dos nossos servidores públicos e do nosso serviço público. Mas essa PEC 32 oferece..., é irracional, vai na contramão de tudo o que já construímos. Ela coloca o poder nos agentes políticos, e ela também abre espaço. Hoje, aqui, nesta Casa, nós não temos partidos políticos. O que temos, Deputado Anderson e Deputado Lazinho, nós temos nesta Casa representantes responsáveis por zelar pelo bem público, pelos serviços públicos e pelo trabalhador, trabalhador esse, não "A" ou "B", mas trabalhador do nosso Estado e do nosso País. Trabalhador que ganha apenas um salário mínimo para sustentar a sua família e são desses trabalhadores que nós estamos falando. São dos trabalhadores da agricultura familiar que nós estamos falando, que precisam desses serviços públicos. E um serviço público de qualidade. Não precarizar o serviço público para dizer que o funcionário não é capaz. E nós sabemos que os nossos trabalhadores públicos, sejam eles de qual setor que for, ele é muito responsável. Enfrenta o desafio de atender a nossa população bem. E aqui, tem mais outro "porém": apadrinhamento de cargos públicos, realmente, faz desorganização no serviço público, tirando do Estado as fundamentais responsabilidades das atribuições. A população, abrindo também espaço para privatização nas áreas essenciais do nosso Estado. E o tamanho do Estado: o tamanho da minha casa é o tamanho da

necessidade. Assim como as Reformas Trabalhistas que deformaram as relações do trabalho, a Reforma da Previdência também deformou a seguridade social, fazendo que o cidadão trabalhador, trabalhe mais tempo. E essa PEC 32 vem para destruir os serviços públicos. Várias distorções foram criadas para acomodar interesses de cúpulas e poderes. Afinal, a PEC 32 só vai afetar quem já ganha pouco. Ela vai passar bem longe dos salários acima de R\$ 18 mil, ela vai passar bem longe. O governo e a imprensa falam: somente os novos servidores vão ser prejudicados, vão ser atingidos. Mas isso não é verdade: 100% de toda a população de todos os servidores serão atingidos, sim, com essa PEC 32. E também, momentos, somente os novos vão ser atingidos? Não. Avaliações de emprego subjetivo, na medida que os novos servidores estariam submetidos a todo tipo de pressão, pois não teriam estabilidade. Os atuais seriam submetidos à avaliação de desempenho e de critérios. Avaliações de cunhos ideológicos por parte de chefia, de plantão e de acarretamento de trabalho. Certamente de perseguições nos seus locais de trabalho e, em especial, quem defende os direitos coletivos, vão sofrer pressões, sim. E nós sabemos disso. Nós que somos sindicalistas já estamos acostumados a lidar com esse tipo de problema e é bem notório. E a atual legislação já prevê demissões dos servidores estáveis, mas o governo busca, na verdade, um instrumento de pressão e ameaça permanente com essa PEC 32. Facilita ainda quebra a estabilidade do emprego, proíbe a progressão e a promoção com base no tempo de serviço; torna obrigatório a vinculação como as avaliações de desempenho, proíbe Licença-Prêmio, essa PEC 32; Licença-Assiduidade e por Tempo de Serviço; elimina as cotas de cargos que deveriam ser ocupados apenas por servidores e servidoras de carreira. Ela permite, por motivação político-partidária, comissionadas e comissionadas, seja distribuído, mesmo que tenham ingressado por concurso público. E a PEC 32 não é nada mais, nada menos que um plano, afinal, para derrubar o País, para acabar com o País. Agora, eu deixo aqui, uma reflexão, para todos os colegas, aqui, sindicalistas, e representantes desta Casa, que nos representam, aqui, o Deputado Lazinho e o Deputado Anderson, e essa reflexão é muito forte: afinal, quem vai ter lucro com essa destituição? O capital internacional que vai ter lucro com essa PEC? Eu não sei quem vai ter o lucro com essa PEC 32, mas eu gostaria de deixar aqui uma reflexão muito forte: quem souber, por favor, me diga, porque eu preciso saber quem vai ter o lucro. Porque, gente, com a aprovação dessa PEC 32, nós estamos à beira de um colapso, o maior da história do País, que este País vai sofrer, se essa PEC for aprovada, Deputado Anderson e Deputado Lazinho. E os mais prejudicados com a aprovação dessa PEC são os servidores públicos e toda a população que desses serviços precisam. Toda a população, inclusive o trabalhador rural, que vive lá na roça e que está sendo esquecido. O trabalhador da agricultura familiar, o trabalhador da Saúde, o trabalhador da Educação, porque nós vimos — e isso ficou bem claro — que neste momento de pandemia foram serviços públicos que seguraram a barra nesse País. E, por isso, essa discussão aqui é de tão grande magnitude e importância para nós da sociedade, para nós sindicalistas, para Central Única dos Trabalhadores. E é muito triste, Deputado Anderson e Deputado Lazinho, quando

a gente vê um trabalhador do serviço público, um usuário do serviço público defendendo esse modelo de governo. Estamos vivendo um atual desgoverno orquestrado na história do País. E essa orquestra vem por nota. Primeiro iniciou-se com a Reforma Trabalhista e ela quer finalizar com a PEC 32, onde tira todos os direitos, tudo e de todos. Essa é a minha fala e eu gostaria de agradecer pela oportunidade, o convite, por estar nesta Casa fazendo essa breve contribuição. Obrigada.

O SR. ANDERSON PEREIRA (Presidente) – Obrigado, Presidente, pela fala muito importante. Espero que esta Audiência sirva para despertar os servidores públicos, porque sei que os sindicatos estão atentos, mas os servidores parecem que estão com uma venda, estão com olhos, ouvidos e boca tampada e não estão percebendo o que está acontecendo no meio. E aí quando vierem os prejuízos, aí não tem mais como chorar o leite derramado.

Então, com a palavra o nobre Deputado Lazinho da Fetagro.

O SR. LAZINHO DA FETAGRO – Obrigado, Deputado Anderson. Só algumas considerações antes de passar para todos os componentes que quiserem falar. Eu tenho 62 anos de idade e sou da época do antes da estabilidade no emprego. E a estabilidade foi criada justamente por causa do apadrinhamento político e do envolvimento político no serviço público e estão querendo voltar com isso.

Outra coisa importante é um estudo feito — e aí não sou eu — o economista Paulo Gala fala do custo do Estado. Tudo o que você vai fazer, a Reforma Trabalhista, a Reforma da Previdência, Reforma Administrativa, tem que fazer, porque o Estado brasileiro é muito caro. Pois bem, da população brasileira, 11,9% trabalha no Estado. Nos Estados Unidos, 15%. Na Noruega, Dinamarca, países desse eixo, cada 3 trabalhadores, 1 é funcionário público. O custo para cada governo, superficialmente, segundo ele: no Brasil o custo de 11,9% dos trabalhadores são 12%; nos Estados Unidos são 15%; na Noruega, 30%; no Chile, 20,86% dos trabalhadores são custo do Estado.

Então, é tudo balela que o Estado brasileiro é caro. O que é caro no Brasil é a classe política. Essa é cara. Agora os trabalhadores não são, não. É isso, Senhor Presidente, só uma consideração.

O SR. ANDERSON PEREIRA (Presidente) – Obrigado, Deputado Lazinho. Vamos passar aqui — tem vários inscritos que estão remotamente — passar para o vereador Carlos Afonso, do PROS de Jarú. Vereador está na escuta? Com a palavra por três minutos.

Algumas falas aqui eu deixei estender pela importância do tema e da relevância do que estava sendo falado, porque é importante falar.

O Vereador Carlos Afonso está nos escutando? Estou vendo ele ali. Com a palavra aí por três minutos, Vereador. Vossa Excelência foi o primeiro vereador a alertar o Estado, os municípios da importância de se debater e de despertar todos nós para esse tema. Está com áudio liberado aí já? Não?

Vereador Carlos Afonso está escutando aí? Agora sim.

O SR. CARLOS AFONSO (Por videoconferência) - Bom dia. Estou ouvindo sim, Deputado.

O SR. ANDERSON PEREIRA (Presidente) – Bom dia.

O SR. CARLOS AFONSO (Por videoconferência) - Primeiramente, cumprimentar o senhor pela proposta desta Audiência, em seu nome a todos os que compõem a Mesa aí.

A minha fala será bastante breve, pois eu estou participando também da Sessão da Câmara de Jarú. Mas o que eu queria dizer e agradecer ao chamamento que esta Assembleia Legislativa acatou a nossa Indicação de realizar essa Reforma Administrativa. Nós já ouvimos os técnicos e autoridades falando sobre o que ela vai afetar na vida do servidor público e do trabalho público prestado à população. Então, a necessidade agora é que todos nós nos empenhemos para que esta reforma não passe no Congresso Nacional. E ações como essas são as que devem ser definidas a partir deste momento.

Então, Deputado, eu agradeço de coração, e estou à disposição de Vossa Excelência e do Deputado Lazinho também. Parabéns a vocês pela ação deste momento. Muito obrigado, e desculpa a nossa rapidez na fala. Agradeço. Obrigado.

O SR. ANDERSON PEREIRA (Presidente) – Obrigado, Vereador Carlos Afonso.

Também, com a palavra, o Presidente da Confederação Nacional das Carreiras de Atividades Típicas do Estado – Conacate, o Senhor Antônio Carlos Fernandes. Está na escuta, Senhor Antônio?

O SR. ANTÔNIO CARLOS FERNANDES (Por videoconferência) – Sim, estou sim, Presidente Deputado Anderson, Deputado Lazinho, cumprimentando-os... **(falha na transmissão do áudio)**. Cumprimento e parabenizo todas as Assembleias Legislativas e Câmaras Municipais do Brasil por estarem assumindo esse protagonismo importante de discutir a PEC 32.

Aliás, o Vereador Carlos, que me antecedeu, lá de Jarú... Jarú foi a primeira, não só do Estado de Rondônia, mas foi a primeira Audiência Pública que realizamos no Brasil para tratar a PEC 32. E eu não sei como o nosso parceiro Vladimir Nepomuceno encontra tempo. Depois você tem que me explicar como é que você atende a tantos pedidos para falar sobre a PEC 32.

E para dizer também que está inclusive indo numa modalidade interessante. Estão fazendo... **(falha na transmissão do áudio)** velocidade que necessita algumas Audiências Públicas simultâneas. Por exemplo, o Rio de Janeiro vai fazer Audiência Pública esta semana, a Assembleia Legislativa e a Câmara Municipal do Rio de Janeiro. Na Bahia, a Deputada Alice Portugal e outros parceiros estão organizando uma Audiência Pública com a Assembleia Legislativa da Bahia, a Câmara de Salvador e a Câmara de Bom Jesus... Bom Jesus... — me perdoem, não estou lembrado agora —, que é a terra do relator Arthur Maia. Enfim, cumprimentando todos os parceiros, eu quero dizer o seguinte: **(falha na transmissão áudio)** alertar para... Eu uso uma parábola para isso. Assim, no momento em que se discute o papel do Estado e do mercado perante a sociedade, imagine que estamos três andando na rua: o Estado, a sociedade e o mercado. E se deparam com um grave problema social, por exemplo, famílias com necessidades, que estamos

vendo aí..., **(falha na transmissão do áudio)** uma situação de rua, no Brasil todo. E nós estamos então com a situação. Quem faz a verdadeira intervenção por essas famílias é o Estado, não é o mercado, porque o mercado naturalmente faz a observação do retorno em relação ao movimento ao qual o retorno foi previsto.

Então, amigos, eu quero dizer que nós temos que fazer com que não seja votada essa PEC 32. Nós temos que impedir que ela seja sequer votada neste momento. Este é o papel que as Audiências Públicas estão tentando fazer em todo o Brasil.

Parabéns à Assembleia Legislativa de Rondônia e às Câmaras Municipais do Brasil.

O SR. ANDERSON PEREIRA (Presidente) – Obrigado, meu amigo. A gente que está sempre em contato no WhatsApp. Ele vem me atualizando de como estão essas ações em relação às audiências e as discussões sobre a PEC, e tem orientado também nossa Federação.

Também passar a palavra, que está de forma remota, ao Senhor José Eduardo Rangel, Presidente da Federação Nacional dos Servidores dos Poderes Legislativos Federal, Estaduais e do DF – Fenale. Está na escuta? Vou passar a palavra por três minutos.

O SR. JOSÉ EDUARDO RANGEL (*Por videoconferência*) - Bom dia, Presidente Anderson Pereira. Em seu nome, cumprimento também o Deputado Lazinho da Fetagro. E um abraço também ao Presidente Mirim, do Sindler, que é o Sindicato dos Servidores da Assembleia Legislativa daí de Rondônia, e é uma das entidades filiadas à nossa Federação, que está presente em todas as regiões do Brasil.

Mas, Deputado Anderson, de tudo o que foi falado e do que ouvimos, essa PEC 32, ela é absolutamente rejeitada por todos os segmentos, seja no serviço Público, na iniciativa privada, porque ela destrói o serviço público. E ao destruir o serviço público ela atinge principalmente as camadas mais vulneráveis da nossa sociedade, como já foi falado pelos oradores que nos antecederam. Tanto o Vladimir, quanto o nosso colega do Poder Judiciário, fizeram uma análise bastante aprofundada dos malefícios desta PEC. Ela não traz nenhum benefício, a não ser ao interesse da iniciativa dos "renteiros", aqueles que vivem do lucro, que estão ansiosos para que esta PEC seja aprovada e eles possam, então, fazer bons negócios com a estrutura do Estado já montada. Será muito fácil e muito vantajoso prestar serviços à sociedade cobrando e ganhando muito dinheiro.

Neste momento, o que é mais importante é nós sensibilizarmos os senhores parlamentares, principalmente os deputados federais. O trabalho que está sendo realizado pelas Câmaras de Vereadores e por algumas Assembleias Legislativas, e aí nós parabenizamos a Assembleia Legislativa do Estado de Rondônia, que tem sido permanentemente atuante nesse tema. É preciso que os vereadores, os deputados estaduais sensibilizem os seus pares, os seus amigos, os seus parceiros de vida pública para que rejeitem essa PEC que tanto mal vai causar à população. É preciso também que os parlamentares estejam cientes de que o clamor popular das pessoas, quando verificarem os prejuízos a que serão submetidas, poderão agir e, então, exercer o seu direito de não votar naqueles que votarem a favor desta PEC. É este o nosso apelo. Vamos trabalhar para fortalecer o nosso País. O momento é de salvar vidas, é de vacinar a população, é de pagar uma ajuda

emergencial justa, é melhorar o emprego. Isso é que é necessário neste momento. E então deixamos o nosso apelo: vamos sensibilizar os senhores deputados federais, para que rejeitem essa PEC, ou melhor, não levem essa PEC à votação. Nós temos outras prioridades muito mais importantes. Muito obrigado pela oportunidade. Um grande abraço a todos.

O SR. ANDERSON PEREIRA (Presidente) – Obrigado, José Eduardo. Nós vamos fazer, como tem uns inscritos aqui, a gente vai fazer... Faz aqui e faz lá. Faz aqui e faz lá e faz as falas (referindo-se à participação presencial e on-line). Então vou passar agora para o Rafael Ricci, do Sinjur. Vai fazer a fala por três minutos.

O SR. RAFAEL RICCI – Bom dia a todos. As minhas mais respeitadas saudações. Queria cumprimentar a Mesa, na pessoa do Deputado Anderson Pereira, Deputado Lazinho da Fetagro, demais autoridades; senhoras e senhores presentes de modo físico e virtual.

Eu vou ser um pouquinho... Eu quero pedir até desculpa, Deputado, que eu vou ser um pouquinho até, acredito, mais ácido nas palavras, porque o que está acontecendo neste momento são movimentos arditos do Governo Federal. E por que eu digo essa palavra "ardiloso"? Porque eles colocam diversas cortinas de fumaça e tentam enganar a todos, inclusive a população. Não é comum, não é raro nós ouvirmos que há *voucherização* do Estado, *trainnezação* do Estado. São palavras que nos fazem pensar que o Estado não vai ser mínimo; ele vai ser zero. Eu vejo hoje o Estado com diversas banquinhas. A banquinha da Educação, a banquinha da Segurança, uma banquinha da Saúde.

Aí o cidadão vai lá na banquinha da Saúde e fala: "Eu quero uma consulta médica". Eles falam assim: "Tá aqui um *voucher* de R\$ 200,00". Aí o cidadão vai falar: "Ah, mas a consulta é 300,00". "É o que eu tenho. O *voucher* é R\$ 200,00. O resto você se vira."

"Eu quero um *voucher* para a creche, que eu vou deixar meu filho.". "Tá aqui um *voucher* de R\$ 100,00.". "Ah, mas a creche é 250,00 a mensalidade.". "É o que eu tenho.". Então, a população não está vendo essa parte que vai ser atingida.

Voltando agora um pouco para a nossa realidade. E fico até feliz com a participação de diversos membros de renome nacional aqui, onde, inclusive, eu tenho uma fala aqui do Rudinei Marques — ele é Presidente do Fórum Nacional Permanente de Carreiras Típicas de Estado. O Estado, o Governo Federal, ele tenta sempre atacar o servidor público, funcionário público, em três pilares: o Estado é inchado, é ineficiente e é caro. E ele vem desconstruindo esses pilares, porque eles não se sustentam. É impossível a sustentação. Vou dar um exemplo: por esse estudo que eles fizeram, o pessoal da Fonacate (Fórum Nacional Permanente de Carreiras Típicas de Estado), a média de salário dos servidores é de R\$ 4.200,00. Como é que o Estado está inchado com um salário de R\$ 4.200,00? Conheço, sim, pessoas que ganham R\$ 20, 25, 30 mil, e são servidores antigos do Estado.

E agora eu peço permissão para retomar um pouco uma conversa que eu, Presidente Gislaíne, companheiro Eduardo, da Fenajud (Federação Nacional dos Servidores do Judiciário

nos Estados), que em conversas com o parlamentar, o Deputado Federal Crisóstomo, fiquei muito feliz com a fala dele, que ele falou que se for para prejudicar o servidor, ele é contra; ele vai votar contra a PEC, ele falou. E remontou uma parte muito bonita da história de Rondônia, que é o que eu quero colocar aqui, porque tem servidores ganhando uns R\$ 20, 25, 30 mil. Porque nos idos da década — principalmente 1970 e 1980 — servidores eram, como ele disse, eram capturados a laço. Ninguém queria trabalhar no Estado. O salário era muito pouco. Era mínimo. Então houve... Chegou uma época no Estado, aqui em Rondônia, na década de 1980, que o salário do Estado, o servidor estadual ganhava mais que o federal. Tanto que tiveram migrações do federal para o estadual por causa disso.

Então, foram implementados diversos recursos para que se aumentasse o salário, que criasse essa atratividade para ele vir trabalhar no Estado, senão não viria, ninguém queria ser delegado, professor, médico. Quem iria querer trabalhar? Ninguém. E eles estão sendo, eles estão sendo pegos como pivô nessa curva, nesse ponto fora da curva para exemplificar que o Estado está gastando muito, que ele é ineficiente, é inchado. Mas não é. Eu sou um servidor que entrou nessa década passada, em 2006. Eu não vou ter mais esse salário maravilhoso de R\$ 20 mil, 25 mil, 30 mil. Eu não vou ter. Porque já, o Estado já se atualizou e ele vem se atualizando. Na verdade, a gente está sofrendo o achatamento do nosso salário. Essa que é a verdade. E outras cortinas de fumaça que o Governo Federal lança.

Eles falam que vão ter, que o concurso vai continuar. Pois bem, o concurso vai continuar. O concurso hoje, para um cidadão ingressar na carreira pública, ele estuda, pelo menos, para um concurso médio, dois anos da vida dele. Ele estuda dois anos para conseguir passar nesse concurso. Agora vamos imaginar que essa aberração, que se chama a PEC, passe. Aí eu pergunto a vocês: Qual é o cidadão que vai estudar dois anos e vai entrar no funcionalismo público - sem FGTS, sem seguro desemprego, provavelmente, como o Emílio falou, vai sofrer assédio moral, e muito, e sem garantia nenhuma. E o concurso vai continuar? Ele vai se acabar por si só. O formato em que foi feito, ele vai aos poucos morrer. E vai apenas ter aparelhamento do Estado. Só vão ser indicações.

Teria muito mais coisa para falar sobre essa PEC, sobre esses desmanches que o Ministro da Economia está querendo fazer. E deixar uma última, para finalizar, deixar uma última, uma última frase que eu peguei, que eu pincei ali no site do governo, justamente no Ministério da Economia: "Ela é a primeira etapa de um conjunto amplo de medidas que visam modernizar o modelo de administração pública do País.". Aí eu quero pegar aquele início da fala do senhor, Deputado Anderson Pereira, se me permite, onde as mudanças que vão acontecer são dolorosas, são horríveis, e eu quero agora complementar. Ela é a primeira etapa de um conjunto amplo de medidas. Ou seja, não vamos parar por aqui. Esse é só o primeiro pontapé, é o pontapé inicial. Obrigado.

O SR. ANDERSON PEREIRA (Presidente) – Obrigado, Rafael. Também com a palavra, de forma remota, a Senhora Marilda Miranda, Secretária Geral da Regional Norte I do Sindicato Nacional dos Docentes das Instituições de Ensino Superior – Andes. Ainda se encontra on-line? Está nos escutando? Vamos

tentar cumprir o horário para que a gente possa garantir a fala de todos.

Senhora Marilsa.

A SRA. MARILSA MIRANDA DE SOUZA (*Por videoconferência*) – Agradeço o convite do Deputado Anderson Pereira. Saúdo a Mesa em nome da Presidência da CUT, a companheira Elizilene, e a todos e todas que estão participando desta Audiência Pública. Primeiramente, o governo genocida de Bolsonaro e dos seus generais tem buscado privatizar todo o setor público. Cortar na carne do brasileiro para garantir recursos para a maior sangria da nossa nação, que é a dívida pública. Então, para pagar juros e amortizações da dívida interna e externa, em 2021, serão nada mais, nada menos do que mais de 53% do orçamento, mais da metade do PIB, mais de R\$ 5 trilhões. Então, a PEC 32, proposta por Paulo Guedes, o mesmo que ajudou na destruição dos serviços públicos do Chile durante o Governo Pinochet, vai trazer impactos profundos para os servidores públicos, como já foi ressaltado aqui.

Então, dentre as principais mudanças da proposta PEC 32, se destacam, além do que alguns já colocaram, não existirá reajustes salariais retroativos; de modo gradual, serão extintos os cargos comissionados e as funções gratificadas, mas terão novos cargos de liderança e assessoramento, como prevê a PEC; o impacto principal é que as funções de confiança, que antes eram exclusivas dos servidores públicos, serão nomeados apadrinhados políticos para esses cargos que, hoje, são assumidos por servidores de carreira. Isso é muito grave. Não haverá mais a progressão funcional baseada apenas no tempo de serviço; será extinto o adicional por Tempo de Serviço a qualquer bônus relacionado a triênio, a quinquênio, Licença-Prêmio, etc. Não haverá mais férias em período superior a 30 dias; será o fim, também, da Licença-Prêmio, da Licença-Assiduidade ou outra licença decorrente de tempo de serviço; licença para fins de capacitação.

Enfim, agora, o mais grave de tudo, como já foi ressaltado aqui nesta Audiência, é que a Reforma Administrativa vai acabar gradativamente com os concursos públicos. Então, a PEC 32 prevê a contratação de servidores temporários. No caso, da universidade, essa medida destrói a produção científica. O professor da universidade realiza atividade de ensino, de pesquisa, de extensão. Se ele não tem dedicação exclusiva, se ele não tem estabilidade, se ele não pode desempenhar a sua atividade, produzindo conhecimento científico de interesse público. Então, a pesquisa não pode ficar à mercê dos interesses de mercado.

A outra questão: vai acabar com a estabilidade dos servidores públicos. Os servidores públicos poderão ser demitidos sem necessidade de decisão judicial transitada em julgado, sem abertura de processo administrativo. Serão avaliados por meio de uma avaliação de desempenho que vai ser instituída que ninguém sabe como será também, é uma novidade que modifica as regras dos atuais servidores. É a lógica do vigiar e punir. No caso das universidades, essa medida compromete a autonomia didático-pedagógica da universidade, prevista no artigo 207 da Constituição Federal.

Outra questão também, que já foi colocada aqui, que eu gostaria de ressaltar, é a questão da terceirização das atividades públicas. Na universidade, a terceirização vai resultar em

parcerias público-privadas, redirecionando a produção do conhecimento científico que passará a ser pautado com uma concepção mercadológica, atrelando a universidade aos interesses do mercado, minando a autonomia das instituições de ensino superior e a produção de conhecimento, que é tão significativa para a sociedade brasileira.

Então, por fim, essa PEC foi concebida para desorganizar o serviço público, para punir os atuais e futuros servidores públicos às regras da iniciativa privada. Estão buscando agora enganar os servidores, dizendo que isso não vai afetar os servidores atuais. Isso não é verdade. A PEC 32 afeta não somente os futuros, mas também os atuais servidores públicos. Em relação aos aposentados, por exemplo, o impacto é imediato, porque ela quebra a paridade. Hoje, o mesmo reajuste se dá aos ativos, é concedido aos aposentados. Como para os ativos, no futuro, a tendência será de remuneração por produtividade. Então, essa parte, não irá para os aposentados, que irão envelhecer na miséria.

Então, para concluir, se aprovada essa PEC, ela vai destruir o serviço público. As universidades serão privatizadas, a ciência será privatizada. A pesquisa será colocada a serviço do setor privado. Então, esse é um plano sórdido para privatizar as instituições de ensino superior. Ao contratar professores sem estabilidade por meio de contratos temporários, por meio de Organizações Sociais, o governo vai destruir a ciência do País. Os cortes de verbas são cada vez maiores. A Unir, por exemplo, a Universidade Federal de Rondônia está quase fechando as portas por falta de orçamento. Nós temos hoje universidades fechando laboratórios, suspendendo projetos de pesquisas. Muitas vezes estudos de ponta da ciência, que colocam o Brasil na condição de liderança. São projetos descontinuados por falta de recursos, por falta de equipamentos, de manutenção dos equipamentos que já existem.

Então, em nome dos docentes das universidades públicas nós pedimos que os deputados, que os senadores votem contra a Reforma Administrativa, pois ela não prejudicará somente os 11 milhões de servidores públicos do País, mas vai precarizar o serviço público e prejudicar 218 milhões de pessoas. Ou seja, toda a população brasileira.

Então, nós conclamamos a todos e todas para se somarem nesta luta em defesa da educação pública, defendendo a manutenção do caráter público da educação, contra a ameaça da privatização, exigindo maior investimento para que possamos garantir a manutenção das atividades de ensino, de pesquisa e de extensão nas nossas instituições de ensino superior. Nas universidades e instituições públicas de ensino nesse país não se faz apenas balbúrdia, como disse o Governo. Se faz ensino de qualidade, se faz pesquisa comprometida com o interesse público na área da Saúde, da tecnologia, da engenharia, da educação, enfim. Então, o que querem é destruir a ciência retomando as ideias obscurantistas e medievais.

Então, nós temos que defender o conhecimento científico, defender a educação pública com unhas e dentes e, para isso, nós temos que defender o serviço público. Então são essas as minhas palavras. No dia 18 agora, nós vamos paralisar, fazer uma greve geral neste País e nós contamos com o apoio de toda a sociedade e também de todos que estão participando aqui desta Audiência. Obrigada pela participação.

O SR. ANDERSON PEREIRA (Presidente) – Obrigado, Marilsa. Importante sua fala, e isso é transparente para todo mundo.

Vocês analisem como é que estão os recursos para a Educação do ensino superior do nosso País. Não preciso dizer nada. Só vocês analisarem vocês vão ver o que vai acontecer com o nosso futuro. O enfraquecimento do ensino superior é muito grande, é muito preocupante.

O Deputado Léo Moraes acabou de entrar de forma remota. E eu quero agradecer, Deputado Léo Moraes, pela participação. É um deputado que sempre atende aos pedidos e os clamores das categorias, não só da Polícia Penal, mas do Brasil. Foi um gigante lá no Congresso Nacional com a aprovação da PEC da Polícia Penal. A PEC que já vinha ali há mais de 10 anos praticamente parada. E o Deputado Léo Moraes fez acontecer algo que muita gente nem acreditava que iria acontecer.

Então, vou passar aqui a palavra ao Deputado Léo Moraes por três minutos e agradecer: o único Deputado Federal da nossa bancada a vir aqui participar com a gente, poder ouvir um pouco desta Audiência e também poder tecer suas opiniões. Eu já tenho informações que ele tem algumas Emendas — não sei quais são essas Emendas —, mas agora ele pode esclarecer e colocar a sua opinião à disposição dos representantes de classe, os que estão presencial e remotamente.

Com a palavra o Deputado Léo Moraes pelo tempo que ele precisar falar.

O SR. LÉO MORAES (*Por videoconferência*) – Está bom. Muito obrigado, Deputado Anderson Pereira, a sua história pública confunde-se com a sua trajetória, a sua militância sindical, em defesa dos servidores públicos. O Deputado Anderson tem uma presença muito marcante nesses debates, nessas discussões e não me surpreende que seja ele o proponente de Audiência de tamanha relevância.

Cumprimento também o Deputado Lázinho da Fetagro, grandes amigos que eu tive a oportunidade dividir espaço no nosso plenário da Assembleia Legislativa à época que fui agraciado com mandato de deputado estadual. Cumprimento a todas as federações, confederações, a todas as entidades, a todos os líderes, a todos os porta-vozes que aqui estão para debater assunto de tamanha relevância, assunto sensível e não menos complexo também, haja vista o que nós temos visto no nosso País em todos os aspectos. Para começar, até mesmo, infelizmente, pelo aspecto ideológico, onde o Brasil não trincou, ele rachou e isso só nos faz perder centralidade, o que realmente nos importa e o que é caro para a população e a sociedade brasileira.

Antes de continuar a discutir — ou até mesmo de começar a breve explanação —, eu quero tranquilizá-los e dizer que votei contra a PEC 32, contra a sua admissibilidade na Comissão de Constituição e Justiça. Isso quer dizer que eu já tenho uma posição e que vocês podem contar comigo para o que der e vier no decorrer desse debate que nós temos que travar a ferro e a fogo e com muita galhardia, com muita entrega, comprometimento e, lógico, capacidade técnica, mas isso não falta para os nossos servidores, muito menos para os seus representantes.

À época, quando me posicionei contrário, também fui muito claro tanto no componente técnico, quanto no componente político e social. Bem relevante a gente entender que essa reforma ela acaba por não contemplar, ou abarcar ou

prejudicar a todos. É uma reforma seletiva que inclui, muitas vezes, quem está na ponta da corda, os cargos técnicos, mas não busca o alto escalão para dar a mesma tratativa. Mais do que isso: você quase que normatiza, normaliza, impõe e obriga o que hoje é chamado de “pistolão”, as indicações políticas para cargos da administração pública. Também fiz constar na nossa Comissão de Constituição e Justiça que o relatório possuía falhas, como é o caso da explicação, da configuração, do esclarecimento do que é “carreira típica de Estado”, deixando isso de forma muito vaga, que inclusive pode trazer várias judicializações. E aí, nós estamos tratando de inconstitucionalidade, de vícios que são insanáveis, e que o local adequado para corrigir imperfeições, e até mesmo calibrar a matéria, seja até mesmo para quem quer votar favorável, era naquele momento. Mas a admissibilidade, que eu também argüi, até mesmo questão do trâmite da Câmara dos Deputados é muito rápida, a admissibilidade dentro da CCJ. E isso traz um prejuízo insofismável, porque faz movimentar toda a máquina da Câmara dos Deputados. Você criar a Comissão Especial, participar de dezenas de Sessões, sendo que nós poderíamos ter aperfeiçoado já no início deste debate, no que diz respeito à constitucionalidade. Uma matéria que deveria ter muito mais — quem propôs e quem relatou —, muito mais cautela para aprovar naquele momento. E daí eu não tenho como deixar de mencionar, até pela proximidade, mesmo que tenha proximidade com a educação, eu sou egresso de movimento estudantil, da militância estudantil, presidente de Diretório dos Estudantes, mas também na segurança pública, que eu tenho afinidade, como o Deputado Anderson disse, relator da PEC 372, da Polícia Penal, e também da Segurança Pública em geral, de que, imagine você, como caso concreto, você colocar por indicação política do alto escalão um policial para participar, um policial ad hoc, um policial de calça curta, para participar de uma investigação onde as informações, onde as fontes requerem sigilo, discrição e muito cuidado. Você coloca uma indicação política lá, isso daí vaza, você coloca em risco a integridade física de quem faz a investigação e, logicamente... **(falha na transmissão do áudio)** do resultado esperado, que ele não será atendido.

Então, esse é um caso concreto do que pode acontecer posterior à aprovação e sanção da Reforma Administrativa. É lógico que muitos esperam a melhor qualificação, no geral, dos servidores, mas nós já temos esses critérios, parâmetros e devem ser mais bem utilizados, é bem verdade. Porém, nós já temos os mecanismos para conter o mau servidor, que é a minoria, diga-se de passagem. É a minoria, não tenho dúvidas que todos nós temos que ter essa sinergia para melhorar o atendimento ao público, ao cidadão. Mas daí é uma parte do que nós precisamos qualificar na administração pública, e talvez a mais importante, ou tão importante quanto, é fazer valerem os seis meses de impostos que a população paga para melhorar os serviços públicos e as pessoas verem também as coisas acontecerem na frente da sua casa. Enfim, é um conjunto de fatores que faz nós termos um país muito melhor.

E eu quero aqui manifestar o meu apoio, e entender que não faz sentido nós termos indicações políticas, “pistolão” no alto escalão e tirar a estabilidade para esses nossos servidores públicos. A estabilidade é uma contenção da proliferação da corrupção e de malversação do dinheiro público na administração. Isso é bem verdade e há de ser mencionado.

Dou outro exemplo de caso concreto da realidade do nosso Estado de Rondônia, que é o caso das indicações para a direção de escola estadual. Nós temos um conjunto robusto de elementos, faz o diretor participar com mais escuta, dentro da sua comunidade, com os profissionais, com os técnicos da escola, com os próprios professores, os pais e os alunos. E daí, a gente tem o enfraquecimento dessa medida no atual Governo do Estado, daqui queiram, de repente, mais uma vez, fazer indicação política para cargos de diretor de escola. Participei ativamente também, fui o proponente para que a gestão seja democrática, para que o conselho escolar seja imperioso na escolha dos diretores das escolas e não meramente por uma indicação política, que traz certo conforto e comodismo para um líder, em detrimento da qualidade do serviço prestado na escola e o respeito aos alunos e aos pais.

Enfim, a PEC 32, da forma como foi apresentada, como ela é propugnada no Congresso Nacional, ela traz um prejuízo sem precedentes para o nosso País, para a nossa nação. Então, eu registro e contem com o meu apoio, registro o meu carinho. Sou filho de dois servidores públicos, uma servidora pública federal e um servidor público estadual. Então, fica aqui a minha manifestação de apoio. O Deputado Anderson, como um grande interessado nesse debate, nesse tema, pode me procurar, pode me provocar, pode me instar. A gente está sempre do mesmo lado nessa trincheira, e utilizando as armas e ferramentas necessárias para que possamos ter sucesso. Vale mencionar que dentro da CCJ, foi aprovada? Foi. Mas traz ares de esperança para todos nós, porque eu acredito que o outro lado tinha confiança de que a votação seria muito mais confortável e ela não aconteceu. Isso é, agora, em cada recanto, em cada Unidade da Federação é importante fazer esse convencimento com os nossos representantes, com os nossos deputados federais, para que possamos combater o bom combate e, ao final... **(ininteligível)** porque o importante, nesse caso, não é só disputar, é nós conseguirmos evitar um mal maior, já no plenário e já na matéria original, já no texto principal. Mas caso não obtivermos sucesso, também... **(ininteligível)** ter alguém, como é o caso do pedido do esclarecimento, o que quer dizer quais são as receitas do Estado e também de outras questões segmentadas para determinados pontos da Administração Pública.

Então, parabéns Deputado Anderson Pereira, Deputado Lazinho da Fetagro, demais colegas, a todos os participantes, e podem nos provocar aqui no gabinete, eu estou inteiramente à disposição. Tenham uma semana abençoada, maravilhosa, fiquem com Deus e obrigado pelo carinho.

O SR. ANDERSON PEREIRA (Presidente) – Obrigado, Deputado Léo Moraes, pelo posicionamento, agradeço a sua participação.

Também passar a palavra aqui ao senhor Raimundo Nonato, Secretário Nacional Adjunto de Saúde do Trabalhador, representando a Confederação Nacional dos Serviços Públicos Municipais – Confetam.

Nós já estamos avançados no horário aqui, próximos já do meio-dia, e as inscrições estão encerradas. Nós vamos tentar, no máximo, garantir a fala de todos. Para que cada um possa contribuir com esse debate.

Com a palavra.

O SR. RAIMUNDO NONATO – Bom, eu queria dar bom dia ao Deputado Anderson Pereira, ao Deputado Lazinho da Fetagro e saudar todos os colegas presentes.

Na verdade, essa PEC, Lazinho da Fetagro, para nós que já estamos, eu pelo menos, estou com “1.59” de idade, dá para fazer uma reflexão e uma avaliação do desmonte do serviço público nesse País há muito tempo. Eu, que militei na área da saúde, sei muito bem como é que o Governo Confúcio Moura tentou desmontar o serviço de saúde no nosso Estado através de Oscip, de OS, inclusive aprovado por esta Casa na gestão dele, lá atrás. E graças a uma união dos Poderes, porque não foi só o Conselho Estadual de Saúde que tomou essa decisão, mas os Poderes, comitês de judicialização, Ministério Público, Tribunal de Contas, conseguiram fazer com que ele não implementasse o desmonte da saúde pública do nosso Estado na gestão dele.

Também houve tentativa — inclusive a Lei está na gaveta, mofando, do prefeito da nossa cidade quando ele tentou terceirizar e colocar as OS nas duas UPAs do Município de Porto Velho. Então a tentativa de desmonte do serviço público, ela não vem de agora. E aí eu quero me manifestar aqui que as pessoas não sabem, que a sociedade que está nos acompanhando deveria tomar conhecimento disso, que esse problema não é do servidor público. Não é o servidor público em si que vai ser atingido não. Quem vai ser atingido é a sociedade que precisa do serviço público. É ela que vai ser atingida. Porque vai chegar uma hora que ela não vai ter como ter o atendimento da saúde, da educação, da segurança pública e por aí vai.

Então, a nossa sociedade tem de tomar conhecimento que a “porrada” não vem só em cima do servidor público nas 3 esferas de governo, não. Vem em cima também da sociedade, do município, que precisa de um serviço público de qualidade, inclusive na ponta. E o primeiro serviço que vai ser desmontado neste País aqui, pode ter certeza disso, que vai ser o setor Saúde pública. E o setor de Educação, que é o setor que tem mais dinheiro no País, entendeu?E aí tem uma coisa que ninguém tem coragem de falar aqui — que isso aqui serve para os oito deputados federais do nosso Estado, que eu não vou liberar nenhum, não. Os oito deputados federais do nosso Estado. Isso nada mais é do que legalizar a corrupção no nosso País. Esse é o top. Eu vou desmontar o serviço público para tentar terceirizar. Olhe os exemplos das OSs. É só buscar os históricos das OSs do Rio de Janeiro, de São Paulo, que você vai saber o histórico das terceirizações, dos contratos milionários por debaixo dos panos. E a nossa confederação, Deputado Anderson Pereira e Lazinho da Fetagro, ela já se manifestou contrária, ela é contra a PEC, está no movimento “Junto”, dia 18; é uma das que compõem, lá, a defesa do serviço público de qualidade, a Confetam; e há muito tempo eu já sabia dos desmontes. Porque nós somos ligados à internacional de serviço público. Então a gente tem essas informações, como é que o governo tenta terceirizar o serviço público e privatizar. Primeiro, ele deixar precarizar. Deixa faltar os insumos na área da saúde, deixa faltar tudo, para depois justificar. Inclusive, aqui para a Assembleia, que não tem outra forma a não ser terceirizar. Como o prefeito tentou fazer com a Câmara de Vereadores de Porto Velho. Então, nós estamos contrários. Estou falando aqui em nome da Confederação dos Trabalhadores no Serviço

Público Municipal - Confetam. Somos contra essa PEC, porque ela não traz nenhum benefício; nem para a sociedade, nem para os servidores públicos. É o que eu tenho dito.

O SR. ANDERSON PEREIRA (Presidente) – Obrigado pela palavra.

Também com a palavra, o Senhor Aires Ribeiro, Presidente da Federação dos Servidores Públicos – CSPB. Aí temos duas inscrições, então vou garantir a fala do Presidente da instituição. Ainda está na escuta, Senhor Aires Ribeiro?

O SR. AIRES RIBEIRO (*Por videoconferência*) – Bom dia, Deputado.

O SR. ANDERSON PEREIRA (Presidente) – Bom dia.

O SR. AIRES RIBEIRO (*Por videoconferência*) – Primeiro, uma correção, se o senhor me permitir. Eu presido a Confederação dos Servidores Públicos Municipais – CSPM. Não tem nada a ver com a CSPB, é outra Confederação, ok?

O SR. ANDERSON PEREIRA (Presidente) – Ok.

O SR. AIRES RIBEIRO (*Por videoconferência*) – Feito o registro, primeiramente, cumprimentá-lo, em nome da direção das CSPM, cumprimentá-los, Deputado Anderson e Deputado Lazinho, pela iniciativa importante da discussão, e levar conhecimento à sociedade e, principalmente, à sociedade de Rondônia. Quero, em nome do Presidente Wellington, da Federação, saudar todos os nossos companheiros e lideranças sindicais aqui presentes.

Nós, Deputado, lideranças, temos a responsabilidade com nossos representados, assim como os senhores parlamentares têm responsabilidade com a sociedade. Portanto, levar informação e conhecimento à sociedade brasileira neste momento em que estamos passando por uma série de dificuldades, não só na questão da área de saúde, mas também alimentar do nosso povo, acho que não podemos deixar que uma reforma de tamanha envergadura passe sem a sociedade brasileira ter conhecimento. Então é importante o trabalho que vocês estão fazendo. Acho que a gente está no caminho certo, levar conhecimento para a sociedade, para que a sociedade possa fazer o julgamento e cobrar dos deputados que eles não aprovem esta proposta, que ela é muito maléfica a toda a sociedade brasileira.

Como todos já disseram aqui anteriormente, não se trata de uma Reforma Administrativa, e sim de uma Reforma de Estado. Por quê? Porque ela altera a relação de Estado com o setor privado, ou seja, ela vai ampliar, e muito, a presença do setor privado no serviço público, e vai trazer tudo de ruim: traz a corrupção... (**ininteligível**), o apadrinhamento, partidarismo. Tudo isso vem junto com esta mudança de comportamento, trazendo mais serviço privado dentro do setor público. Ela também altera a relação entre os Poderes quando ela tira prerrogativa do Legislativo e joga para o Executivo. Disso os deputados não podem abrir mão, abrir mão de poderes que eles têm para transferi-lo para o Governo Federal, Governo Estadual, para o Executivo. E também para o servidor público todas as tragédias, a principal é a que deixará, o servidor público deixará de servir o Estado e servir, sim, aos

governantes. E a gente tem como exemplo os guardiões do Crivella, não é? Aqueles estavam ali para defender o governo, e não defender o serviço público.

Nós, sim, servidores públicos, principalmente servidores municipais, nós queremos, sim, uma reforma. Nós achamos, sim, que há necessidade de uma ampla discussão sobre o serviço público que está sendo ofertado. A gente sabe que o serviço público hoje está devendo muito à sociedade, mas também sabemos as causas. Sabemos porque o serviço público hoje está totalmente destruído, porque o serviço público não atende as necessidades e as demandas do povo. Então nós queremos, sim, fazer uma breve discussão, uma ampla discussão com toda a sociedade, trazer, sim, um serviço de qualidade, eficiente. Nós, enquanto servidores públicos, nós conhecemos a máquina, e com a população, juntos, atendendo as expectativas da população, as necessidades, os reclames da sociedade, nós podemos construir um projeto, sim, juntamente com os deputados, parlamentares, um projeto que, de fato, melhore, que dê eficiência ao estado do Brasil.

Hoje, senhores e senhoras, o Brasil pede vacina no braço e comida no prato. É isso que a gente tem que trabalhar. E a gente tem que fazer pressão junto aos deputados. Nós precisamos seguir... **(falha na transmissão do áudio)** os deputados em Rondônia. Dois votos. Dois votos a mais. É o que a gente precisa para alcançar os 172 votos. Nós já temos aí contados 122, faltam 50. Agora, com a fala do Deputado Léo Moraes, que não estava contabilizado nesses 122, se a gente conseguir mais um, a gente atinge os 172 votos. Não queremos reformar essa Reforma. Isso não vai melhorar nada. A gente precisa o seguinte: primeiro, destruir, fazer com que ela não passe, que ela seja rejeitada, que ela seja arquivada. E depois, sim, abrir um amplo debate para construir, de fato, uma reforma que venha atender a sociedade brasileira. Um forte abraço a todos. E parabéns, Deputado. Estamos no caminho certo.

O SR. ANDERSON PEREIRA (Presidente) – Obrigado. Então a gente já tem os dois, porque o Deputado Léo Moraes e o Crisóstomo, que informou ao Sinjur, em Brasília, que vai votar contra. Já temos os dois. Vamos conseguir mais.

Também garantir a fala aqui do Senhor Germano Soares, Presidente do Sindicato dos Técnicos Tributários do Estado de Rondônia – Sintec.

A SRA. FLÁVIA HIROMI TAKAHASHI -Nós também temos o Deputado Mauro Nazif, não é? **(fala fora do microfone)**.

O SR. ANDERSON PEREIRA (Presidente) – É, exatamente, não, mas que declarou que é contra. Mas, com certeza, a linha de voto do Deputado Mauro Nazif é, com certeza é contrária. Tenho nem dúvida. Então já tem três.

A SRA. FLÁVIA HIROMI TAKAHASHI - Sim, sim. É isso o que eu quero dizer. Mas o dele já está incluso, não é? **(fala fora do microfone)**.

O SR. ANTÔNIO GERMANO SOARES – Bom, inicialmente, eu gostaria de agradecer a Deus a oportunidade de estar aqui, ladeado por algumas das maiores autoridades do campo político e sindical do Estado de Rondônia, para debater um assunto de interesse da população, do serviço público e do servidor público.

Muito foi dito sobre a PEC 32, pelos que me antecederam. Eu gostaria apenas de destacar, que se fala na exposição de motivos da PEC 32, que ela vem porque a população tem a sensação de que o serviço público é caro. Então, partindo dessa premissa, uma pergunta é fundamental: quanto vamos economizar com essa reforma? Essa pergunta não foi feita apenas por mim, ela foi feita pela Frente Servir Brasil ao Ministério da Economia, na pessoa do Ministro Paulo Guedes. Ele não respondeu. E a Frente Servir Brasil ingressou no STF pedindo que o Governo mostre o número: se nós vamos economizar, quanto nós vamos economizar com essa reforma? E, essa resposta não veio. O Ministro Paulo Guedes, em algumas oportunidades, ele fala um número, outra hora ele muda o número, ele muda até a unidade do número. Às vezes ele fala em milhões, às vezes ele fala em bilhões.

Eu queria reforçar que a administração pública possui alguns princípios que todos nós conhecemos, está lá no artigo 37 da Constituição: legalidade, impessoalidade, moralidade, publicidade e eficiência. Mas, desses princípios, eu gosto, eu acho que é fundamental que a gente lembre o princípio da impessoalidade. Na administração pública é impossível ser impessoal se o agente público não adentrar no serviço público através do concurso público. E, além de entrar por concurso público, que ele tenha estabilidade. Às vezes, o particular tem dificuldade de entender o que acontece no serviço público. O servidor sofre muitas pressões para agir, às vezes, de maneira irregular e só é possível que ele aja, e que ele resista a estas investidas, porque ele possui algo chamado "estabilidade". Então, este é o ponto, estabilidade. A estabilidade para nós é inegociável. A população de um modo geral pode não entender, mas a estabilidade é um bem que pertence ao cargo público, não ao servidor público. A estabilidade protege o funcionamento do serviço público e a prestação desse mesmo serviço público, e quem mais precisa do serviço público é o menos favorecido. Então, peço que os deputados estaduais... Eu agradeço a oportunidade dada pelo Deputado Estadual Anderson Pereira, pelo Deputado Lazinho da Fetagro, nós somos companheiros de longa data, não é a primeira vez que eu estou aqui e sempre que nós formos convidados nós estaremos aqui para, de alguma forma, contribuir com o debate. Muito obrigado.

O SR. ANDERSON PEREIRA (Presidente) – Obrigado, Germano. Também com a fala o Sr. Mário Jorge, Presidente do Sindicato dos Servidores Públicos Federais – Sindsef. Está de forma remota. Está nos escutando?

O SR. MÁRIO JORGE *(Por videoconferência)* – Sim, Deputado.

O SR. ANDERSON PEREIRA (Presidente) – Com a palavra por três minutos.

O SR. MÁRIO JORGE *(Por videoconferência)* – Quero cumprimentar o Deputado Anderson, o Deputado Lazinho, em nome do Sindsef, nós queremos aqui comentar, na mesma linha do meu antecessor, a importância da estabilidade no serviço público, porque, na verdade, ela é a garantia para a sociedade. Ela é a segurança constitucional de que o servidor poderá desempenhar o seu papel de forma impessoal, sem se preocupar com qualquer tipo de represália, ou seja, a influência

política ou partidária. Eu quero chamar a atenção, apesar de que muitos já tenham comentado, é o que prevê a Constituição no seu artigo 41, quanto às possibilidades que o servidor público estável perde o cargo. Nós todos estamos no poder público...**(falha na transmissão do áudio)** deste amparo constitucional, mas sai do trânsito em julgado para uma decisão proferida por órgão judicial colegiado, extremamente... **(falha na transmissão do áudio)** a defesa tem que... **(falha na transmissão do áudio)**. Ou seja, as decisões passarão a ser de segunda instância. Gravíssimo retrocesso para os servidores. Esses pontos que nós estamos analisando sempre, a gente faz um destaque, porque desde 1934 a perda judicial de cargo público só acontecia depois do trânsito em julgado. Na PEC 32 poderão perder o cargo pela primeira decisão colegiado. A gente pode citar alguns exemplos, já foi falado aqui pelo primeiro orador, com relação à avaliação de desempenho e muitas dessas medidas serão estabelecidas em Lei Ordinária. E isso exige apenas a maioria simples presente na Sessão, lá no plenário. Gravíssimo, meu caro servidor público, as decisões oriundas da PEC 32. O servidor será submetido a conjunturas políticas momentâneas, atendendo a intenções governamentais episódicas e a variações ideológicas do governo de plantão, progressões e promoções funcionais poderão não mais ser aplicadas, somente carreiras típicas de Estado se habituarão ao que já foi dito, aqui, hoje ao Regime Próprio da Previdência Social. Os demais poderão recolher para Regime Geral de Previdência, organizado pelo INSS.

Além de destacar o que já foi dito, a questão dos contratos temporários por tempo determinado, por instrumento de cooperação e outros. Os super poderes também ao presidente, governadores, prefeitos, que, certamente, seguirão orientação nacional.

As consequências para o movimento sindical: na verdade não mais poderão discutir data-base, negociação coletiva. O Estado empregador não terá mais obrigação explícita de negociar com seus servidores as condições de trabalho, tal como se faz no setor privado. Todas essas medidas são consequências da PEC 32. Embora o servidor público hoje já esteja sofrendo as mais graves consequências de medidas que são, na verdade, medidas destruidoras das garantias dos direitos individuais. Então, a gente entende que essa reforma fere o princípio fundante do artigo 37, da Constituição Federal, que estabelece princípios de legalidade, impessoalidade, moralidade, alterando, assim, cláusula pétrea da Carta Magna de forma cruel. A PEC 32 retira direitos e garantias individuais. São direitos esses que se alargam aos direitos sociais. Essa é a grande verdade. Ela transforma em bem do Estado o serviço público.

O SR. ANDERSON PEREIRA (Presidente) – Para concluir.

O SR. MÁRIO JORGE – A meu ver, a Reforma Administrativa atropela. Primeiro, uma reforma que deveria se antecipar a outra reforma, a Reforma Tributária. Esta sim deveria vir em primeiro plano. Reforma fadada ao fracasso. Não se faz mudanças constitucionais atingindo apenas um segmento sem envolvimento de todos os atores nesse processo. A reforma representa para nós, servidores, a mercadorização dos direitos sociais: saúde, educação e segurança, e ela frustra milhares de jovens. De jovens que sonham e sempre sonharam com o

serviço público. De fazerem concurso, de estudarem, de fazerem cursinhos. Um sonho destruído por uma reforma maldosa, perversa.

Só para terem uma ideia e para concluir: no dia 09.08, o governo encaminhou agora uma nova PEC, que parcela em até 10 anos as dívidas com a União, são os precatórios. Permitirá o governo parcelar em 10 vezes o pagamento de precatórios a partir de 2012. Vejam só que gravidade. A gente que vive no sindicato, tem 32 categorias federais, onde passamos 30 anos, 15, 20, 30 anos para ganhar um precatório. Esse cidadão, no final realmente de toda sua batalha, esperando receber em 2022, não mais acontecerá se passar também esta PEC.

O governo nos deu uma resposta insana de um realinhamento... **(ininteligível)**, através do Ministério da Economia para o Condsef (Confederação dos Trabalhadores do Serviço Público Federal) e o Fonasefe (Fórum das Entidades Nacionais dos Servidores Públicos Federais): somente sentará com as entidades se passar a PEC 32. Nós lançamos a campanha através da Condsef e a resposta que tivemos do Ministério da Economia foi essa que recebemos por Ofício.

Além disso, os servidores estão realmente numa situação de escravidão. Primeiro: agora o governo, através do Supremo Tribunal Federal, inviabilizou toda a sentença transitada em julgado dos planos econômicos, e Rondônia foi o único Estado que conseguiu mais obter ganhos dessa ação. Uma vergonha! Eu não sei como um professor de direito constitucionalista pode falar sobre trânsito em julgado neste País. E o parecer do TCU retirou, considerando que houve absorção, ou que os servidores já tiveram aumento, e isso foi incorporado nos últimos 4, 5 anos. Nós já vivemos uma destruição do serviço público há tempos. Então, precisamos realmente resistir.

Eu parabeno aqui a Assembleia. O Sindsef é o segundo maior sindicato do Brasil, o nosso, em termos de filiados. Nós somos o primeiro da região, estamos juntos com a Confederação, Fonasefe (Fórum das Entidades Nacionais dos Servidores Públicos Federais), a Condsef e já fazemos parte do Fórum que teve iniciativa de agregar em mais de 30 sindicatos para se contrapor a essa reforma, a esse mal que não pode ser aprovado de forma nenhuma.

Nós temos que nos mobilizar com a bancada, com a Câmara, com a Assembleia, com os parlamentares para derrubar essa PEC e que ela não seja aprovada e que se faça justiça realmente à sociedade brasileira. Obrigado, Presidente.

O SR. ANDERSON PEREIRA (Presidente) – Obrigado, professor Mário Jorge. Também com a fala o Senhor Joelson Chaves, Presidente do Sindicato dos Professores e Professoras do Estado de Rondônia – Sinprof, por três minutos.

O SR. JOELSON CHAVES DE QUEIROZ – Ok. Bom dia. Sou Professor Joelson, Presidente do Sindicato dos Professores e Professoras do Estado de Rondônia. Muito agradeço o convite de estar aqui, Deputado Anderson, sempre na luta, Deputado Lazineho. Cumprimento os demais camaradas aqui presentes nessa luta. Eu faria uma pequena retrospectiva. Para a gente chegar hoje onde nós estamos, nós estamos na realidade... e são coisas orquestradas contra o País, contra a nação. Se a gente se reportar a 2016, pedaladas fiscais derrubaram a

democracia naquele momento, implantaram um processo de..., uma ponte para o futuro. Agora ponte para o futuro de quem? Muito bem. O que a gente observa é que, diante de toda essa orquestração nós tivemos também uma situação chamada de... o Brasil tinha uma oportunidade de ser, talvez, a maior potência mundial, com o advento do pré-sal. Se antes, no Brasil, com maior dificuldade, fez um grande governo voltado para o seu povo, para a sua população, que uma das funções do Estado é promover o bem-estar social. Nós tivemos, assistimos aí o Brasil em pleno emprego, ciência, tecnologia, um investimento. Mas aí, o que é que aconteceu? Nós tivemos também uma situação chamada... Muitas mentiras se instalaram naquele momento. Porque a gente observa que o processo de dominação ou de escravidão, ao longo dos anos, eles vão se aperfeiçoando. E hoje nós estamos em um processo em que as grandes mídias se apropriam da mente e distorcem as verdades. E é fundamental que as pessoas parem e pensem, porque é impossível hoje um servidor público apoiar essa PEC 32. Eu não vi aqui ninguém dizer que pode se aproveitar alguma coisa, no sentido de que nós possamos ter dias melhores, um país justo, livre e solidário. Aí nós vamos olhar a Constituição de 1988. A nossa Constituição, no seu art. 3º, é bem clara e óbvia quando fala em combater as diferenças regionais, combater a fome, a miséria. E com essa PEC, o que nós estamos combatendo? Com a Reforma Trabalhista, o que é que nós estamos fazendo? O que é que nós estamos assistindo? Na realidade, nós estamos na contramão da história de se ter um país com justiça social.

Então, outro fator também que a gente lamenta muito nesse processo de dominação da mente é quando colegas nossos ainda apoiam esse tipo de coisa. É preciso se construir um país com justiça social. Nós não podemos rasgar a nossa Constituição, e é isso que vem acontecendo. Infelizmente, o poder de dominação da mente tomou um vulto muito grande. Hoje nós assistimos uma disputa, de 2016 para cá, do mal contra o bem. E a gente tem lamentado, porque muitas vezes o mal tem se apropriado de muitas pessoas que poderiam lutar por essa sociedade. Assistimos, repito neste momento aqui, onde pessoas de grande conhecimento, líderes sindicais, trabalham na tentativa de conscientizar o nosso povo. Esse não é o caminho. É preciso uma reforma? Sim, tudo bem. Mas nesses moldes, dessa forma, dessa maneira? Nós somos cristãos, e o cristão cuida uns dos outros. E o que está acontecendo? Nós estamos na contramão da história. Nós estamos massacrando o servidor público, e conseqüentemente é a população que vai sofrer as conseqüências nefastas dessas reformas, porque, além da PEC, nós temos aí outras reformas.

Então, a gente vem aqui falar ao público, falar a quem está nos assistindo, nos ouvindo, que é preciso uma grande consciência para se construir um país com a justiça social. É isso que nós queremos. Nós não podemos assistir o nosso irmão ali passando fome, não ter o que comer, não ter um emprego. Qual o projeto que este País tem, se diz que as reformas vão gerar emprego? Vai economizar o quê? Nós assistimos que muita gente tem o quê? Mantém os seus privilégios. E o servidor público, ele está sendo aniquilado.

Então, repito: o cristão, ele cuida um dos outros. E aqui fica a nossa grande reflexão: vamos construir uma sociedade com justiça social. O rico vai existir, o pobre vai

existir. O que a gente não pode aceitar é o miserável, aquele que não tem emprego, tem fome e não tem esperança.

Então, é preciso abrir o coração das pessoas que, porventura, venham a votar nessa reforma, que é preciso uma grande discussão com a população, para que a gente possa realmente construir um país justo, um país livre e solidário. Poderíamos ser a maior potência mundial com o advento do pré-sal, mas infelizmente a ganância humana, a ganância internacional invadiu e orquestrou, e está orquestrando a destruição do país, a destruição da pátria.

Fica que a minha fala. Sou o professor Joelson, Presidente do Sindicato dos Professores. A luta continua.

O SR. ANDERSON PEREIRA (Presidente) - Obrigado, Professor Joelson. Com certeza. E o nosso Estado é um Estado cuja base da economia praticamente é o serviço público, parte dela. Acredito que se a gente trabalhar unidos, bem, nós vamos conseguir muito mais deputados favoráveis ao servidor público do nosso Estado, dos nossos municípios.

Também com a palavra, a Senhora Daihane Regina Lopes Gomes, Presidente do Sindicato dos Policiais Penais e Agentes de Segurança Socioeducativos do Estado de Rondônia – Singeperon.

A SRA. DAIHANE REGINA LOPES GOMES - Bom dia. Quero aqui cumprimentar todos os presentes, o Deputado Lazineho, o Deputado Anderson Pereira, meu colega de profissão, policial penal também.

Aqui foram amplamente expostos, destrinchados todos os prejuízos que a PEC 32 vai causar, não tão somente para os servidores públicos, mas como para a população.

E além de cumprimentar todos aqui presentes e quem está nos assistindo, também para a sociedade, para a pessoa que muitas vezes não consegue entender e vai pelo que o embalo da desinformação — eu não chamo de matérias jornalísticas, mas sim de *fake news* — a gente acompanha muito nas redes sociais a desinformação que é implantada, que é plantada para a população no geral, colocando o servidor público como o problema; desinformando pesado, ao ponto de as pessoas que trabalham no supermercado, que trabalham em loja, que trabalham na iniciativa privada, olham para aquelas informações que muitas vezes é de fonte duvidosa e tomam como verdade. E eu falo isso pela convivência que eu tenho de pessoas que falam: “não, mas o servidor público é o que está sendo o peso, é o que está atrasando a evolução do País.”. E não é, e não é isso. Então esse trabalho de desinformação e de *fake news* que é implantado acaba por, muitas vezes, colocar parte da sociedade contra essa causa que é tão nobre e que ela, a sociedade, será a maior prejudicada.

Quando nós, sindicatos, nos defendemos e temos uma audiência pública para tratar disso — que eu tenho que parabenizar a iniciativa desse ato — pode parecer, para quem está nos assistindo de fora, que é um pequeno grupo de servidores que está querendo apenas se proteger, não é? Está querendo se proteger de cobranças maiores, que está reclamando do que está vindo porque o que é difundido é: “eles não querem trabalhar e estamos aqui, o Governo Federal, para fazer o melhor para você, população, eles não querem trabalhar.”.

E não é isso o que acontece de fato, como o colega aqui do Sinjur colocou. É uma cortina de fumaça que é implantada

para disfarçar porque a população tem peso. A força maior vem do povo. Então se o povo está a favor de uma situação dessa, rapidamente eles conseguem fazer. E eu preciso citar um exemplo bem objetivo. Eu não vou entrar nas questões técnicas que, melhor do que eu, eu ouvi maravilhosamente os meus colegas aqui expõem, mas um caso objetivo, um caso concreto que aconteceu em Manaus. Eu vou ler só o título da matéria, rapidamente, os senhores vão lembrar e quem está em casa também ou quem está assistindo no celular, que depois vai ver isso aqui que eu estou falando, vai se lembrar: "Após denunciar Ministro Ricardo Sales, o delegado-chefe da PF no Amazonas é substituído". Ele era o chefe do órgão daquela região. Bem observar isso, que ele não foi exonerado porque ele é de carreira. Mas ele foi retirado do cargo que ele exercia. Se a PEC já estivesse em vigor, se ela já fosse Lei, se ela já existisse, ele seria demitido. Ele seria demitido. "Ah, é? Está perseguindo?". Então os interesses aqui, tão somente, não é... A gente às vezes coloca "perseguição ao servidor público", mas nós, servidores públicos, na sua grande maioria, é o que mais vem sendo prejudicado ao longo dos anos e eu explico. Posso falar isso pela minha carreira. Pelo presídio. A gente vem, ao longo dos anos, vendo um sucateamento, uma desvalorização, uma implantação de tristeza, de desânimo, uma estrutura ruim. Verba vem, recurso tem, mas você não vê grandes interesses em melhorar nem a parte estrutural e nem a vida do servidor, porque é mais interessante que o caos seja implantado, para que eu venha com uma solução brilhante, que é a terceirização, que é a contratação de pessoal, no caso, terceirizado, realmente.

Então, ali, o que também vem acontecendo e é por isso que a gente precisa muito difundir isso para o cidadão que está acompanhando, o cidadão que não tem noção do que de fato pode acontecer com ele, é que em tempo em que um servidor quer trabalhar corretamente: "Ah, não? Não vai trabalhar, não? Não vai fazer o que eu quero? Ah, abre aqui, instala o procedimento administrativo a qualquer tempo, de qualquer forma, e vamos demitir". E vamos colocar, a exemplo de Manaus, aquele que vai entrar dentro de um pavilhão. Tem uns 300 presos num pavilhão. "Poxa, eu estou só em 5 servidores para fazer a segurança". "Ah, não vai não?" Demitido. Outro vai. Outro vai entrar e vai tomar uma facada no pescoço, como já aconteceu lá, que o servidor veio a óbito. Então, é a segurança da sociedade, é a segurança da harmonia da convivência entre nós que está em jogo aqui. Não é o benefício ou o interesse ou a minha mera vontade como servidora pública que a gente está discutindo e querendo proteger. Mas sim, também, é o funcionamento harmônico da sociedade como a gente evoluiu até hoje. Obrigada.

O SR. ANDERSON PEREIRA (Presidente) – Obrigado, Daihane. Também com a palavra, o Senhor Israel Santos. Secretário de Articulação e Mobilização da Confederação dos Servidores Públicos do Brasil - CSPB. Ele está de forma remota. Ele se encontra on-line, ainda?

O SR. ISRAEL SANTOS (*Por videoconferência*) – Sim, Deputado. Estou.

O SR. ANDERSON PEREIRA (Presidente) – Ah, sim. Com a palavra.

O SR. ISRAEL SANTOS – Um bom dia ainda — já chegando aqui ao início da tarde, não é? — a todos. Cumprimentar o Deputado Anderson Pereira, o Deputado Lazinho da Fetagro. E dizer a todos os companheiros e companheiras que não há outro posicionamento por parte da Confederação dos Servidores Públicos do Brasil - CSPB, que não a cobrança aos deputados federais de todos os Estados, uma grande mobilização nacional. E como servidor do Estado de Rondônia, nossa bancada federal, pela rejeição da PEC 32, como já se posicionou o Deputado Léo Moraes, que rejeitou, como membro da CCJ, e já antecipou o seu posicionamento, como os demais deputados que já se declararam contrários à proposta; o Deputado Crisóstomo, o Deputado Expedito Netto também tem um posicionamento contrário à PEC, porque ele fragiliza, não é? E vamos ser mais enfático, destrói o conceito do que é serviço público de qualidade no País, um País em que a grande parcela da população brasileira necessita, bate à porta das repartições públicas em busca de atendimento, e que eles o terão de forma precária ou como citaram alguns de meus antecessores, de forma subsidiada pelo Estado, mas não completamente. Então, receber um subsídio parcial do Estado, em que aquele serviço, para ele ter, vai ter que desembolsar algo que ele não tem. Então é algo que a gente não pode concordar.

Estão de parabéns os companheiros que puderam estar em Brasília naquela grande mobilização, quando foi uma caravana do Estado de Rondônia, demonstrando que isso é algo que não está unindo movimento sindical apenas porque afeta o servidor público em si, que a gente representa, mas também porque afeta a sociedade, que a gente tem um parente, um amigo, um colega que não é servidor público, mas ele será afetado. Os nossos filhos futuramente serão afetados, como foi colocado aqui, que está na iminência de prestar um concurso público, e que esse instituto vai desaparecer da forma como é. E com prejuízo maior, porque como foi relatado aí, diferentemente do trabalhador da iniciativa privada, ele tem lá o seu Fundo de Garantia, tem lá o seu seguro-desemprego, coisas que nós não temos por conta de que nós fizemos uma opção de ter estabilidade no serviço público, para garantir que os serviços sejam prestados sem nenhuma interferência política. Nós vimos o exemplo maior, agora, na crise da compra de vacinas, a escalada da corrupção dentro do governo por conta de que um servidor, que é efetivo, de carreira, se negou a assinar um documento para desembolsar bilhões de reais para aquisição, de quem não tinha nem para entregar.

Então, para você ver um exemplo, como a Daihane citou aí também a crise que foi no sistema penitenciário em Manaus, onde se terceirizou parcialmente o serviço, e viu o que se deu, não é? Foi um derramamento de sangue lá no Amazonas por conta disso aí. Porque o servidor já tem essa ligação direta com o Estado; ele é o Estado; ele é a mão do Estado; ele presta serviço para a sociedade. E, mais ainda, dá super poderes ao chefe do Executivo, usurpando as atribuições do Legislativo. Ou seja, vai dar super poderes ao Presidente da República para transformar, criar, extinguir cargos, demitir o servidor de carreira para colocar um apadrinhado político. Ou seja, a escalada da corrupção vai aumentar no nosso País. Então com a PEC haverá o ressurgimento do apadrinhamento político dos ocupantes de cargos e a escalada da corrupção

no País. E a gente não pode concordar com isso. Já se viu vários exemplos em que aqueles que foram nomeados Ministro de Estado pelos governos antecessores e o atual, cargos de confiança, em que se instalou o “propinoduto” dentro do governo, via essas pessoas que não têm esse compromisso com o Estado brasileiro. Nós temos, porque nós fazemos parte dele.

Então, está de parabéns o movimento sindical, mais uma vez; a CSPB, juntamente com a Internacional de Serviços Públicos, que é a ISP; a Clate, que é a Confederação Latino-Americana de Trabalhadores Estatais, da qual a CSPB é filiada. Estão todos engajados nesse movimento de rejeição à PEC, porque ela não atende o interesse público, não atende a sociedade brasileira.

Está de parabéns a Assembleia Legislativa, mais uma vez, através dos Deputados Anderson Pereira e Lazineiro da Fetagro, por abrir as portas desta Casa para fazer esse debate. Um grande abraço a todos. Estamos juntos. E como disse o companheiro do Sinprof, a luta continua.

O SR. ANDERSON PEREIRA (Presidente) – Obrigado, Israel. Israel também que é sindicalista de tempos. Quando eu entrei no sindicato, a gente pôde participar juntos, o Germano também, da luta pela transposição. E a gente tinha um movimento que eu achava muito interessante, quando eu entrei no sindicato, que era o movimento intersindical, que conseguiu muitos avanços, muitas mobilizações juntos. Então, com união é que se faz a força, principalmente no governo que a gente está tendo que encarar agora, tanto estadual como federal. Também garantir a fala da Dioneida Castoldi, Secretária-Geral, representando o Sindicato dos Trabalhadores em Educação - Sintero. Com a palavra.

A SRA. DIONEIDA CASTOLDI – Ok. Obrigada. Bom dia, saúde a todos. Deputado Anderson Pereira, Deputado Lazineiro da Fetagro, obrigada por abrir esse diálogo, esse espaço para que nós possamos debater. E saúde todos os componentes que estão aqui e os que estão remotos também.

Realmente, esse diálogo é necessário. Que manhã proveitosa que nós tivemos aqui com tantos apontamentos. Isso é necessário, que a sociedade seja incluída e tome conhecimento e tome para si essa defesa. Porque ao defendermos o serviço público, não estamos só defendendo os servidores, como foi bem colocado aqui. “Muito pelo contrário, estamos defendendo que a sociedade tenha acesso ao que lhe é de direito, pois só existe, só tem necessidade de existir um Estado quando ele está a trabalhar da sociedade, está a serviço da sociedade. E serviço público é isso: servir à sociedade com igualdade, com direito e com acesso igualitário para todos.

Então, muita coisa foi dita aqui, não é necessário ficar repetindo porque foi dito e foi dito com excelência, mas eu quero pautar a nossa parte que é a Educação. Educação, companheiro Raimundo, quando ele disse “tem dinheiro, é uma das secretarias, é um dos locais que tem mais dinheiro”. Realmente, nós construímos que 25% do orçamento do Estado seja investido em Educação e isso atrai muita coisa. Tem muita gente querendo essa fatia e nós estamos há muito tempo, como sindicato, defendendo essa causa. Temos aqui, dentro do nosso Estado, “n” experiências quando foi terceirizado qualquer coisa, o que é que aconteceu? O que, como é tratado o serviço público?

Como é tratado esse direito, porque Educação não é serviço, é direito de toda a sociedade e é dever do Estado, da família e da sociedade incentivar para que todos tenham acesso. E nesse momento lamentamos, mas lamentamos profundamente, que mesmo em meio, ainda, a pandemia, não estamos aqui sentados para discutirmos um acesso igualitário, discutirmos como fazer da Educação a grande mola que transforme este Estado, que transforme esta nação. Mas estamos, aqui, discutindo o não rechaçar, o não acabar com esse direito. Se nós olharmos a vacina, tudo o que veio nesse momento da pandemia, veio através do conhecimento. E o conhecimento tem que ser construído em conjunto. Ficou provado com essa pandemia que a Educação, a Saúde, o serviço público tem um papel primordial e a Educação é a mola para todos esses demais serviços sejam oferecidos. Ao invés de estarmos aqui discutindo como usar desse recurso, desse direito para termos um Estado melhor, estamos aqui discutindo como não deixar isso acabar. Retrocesso dos retrocessos.

O Brasil, como foi dito aqui por vários companheiros, teve e tem a chance e a oportunidade de se tornar referência para todos os outros países. Depende muito de quem está conduzindo. Uma pena que os condutores desse momento querem fazer deste País de algumas pessoas e não de todos. Então, o grande desafio desta Casa, o grande desafio dos representantes sindicais, o grande desafio da sociedade hoje, é transformar todo esse momento de dificuldade no que nós chamamos de construção para um futuro melhor. É urgente chamar esse diálogo para que a sociedade participe. E como sindicalista, e como representante da Educação, nós estamos aqui à disposição. Sempre estivemos e sempre estaremos. E eu acho que o grande desafio hoje é construir não 32 audiências, mas 52 audiências aqui no Estado de Rondônia. Discutir isso com a sociedade, colocar a sociedade a par disso e aí tomarmos um posicionamento em conjunto, porque somos uma nação que tem condições de transformar a vida de todos os brasileiros. Chamo a atenção para uma situação que nós estamos vivendo neste momento. Ultimamente nos sinais de trânsito está cheio de crianças. Onde essas crianças deveriam e devem estar? Sendo protegidas pelos governantes, pela sociedade, por todos nós. E o lugar delas é onde? Na escola. “Ah, mas a escola neste momento está fechada.”. Está fechada a escola presencial de uma forma. Mas, esses meninos, essas meninas deveriam ter acesso a uma internet de qualidade. Coisa que o Estado em nenhum momento se preocupou. Emílio, você disse lá no começo que os professores fizeram malabarismos para ofertar educação. Não. Nós não fizemos só malabarismos. Nós investimos. O governo, em nenhum momento, deu suporte nenhum para nenhum trabalhar em Educação levar a sala de aula para a sua casa. Muito pelo contrário, penalizou. Então, é hora, de quê? Da sociedade brasileira participar dessa reconstrução. E como sindicalistas, com tanta coisa que foi dita aqui, nós estamos à disposição e se faz necessário esse diálogo.

E Deputado Anderson e Deputado Lazineiro, nós defendemos mais uma vez, a única porta de entrada para o serviço público é o concurso, não tem outra conversa. Nós queremos um serviço público de qualidade? Perpassa pelo concurso, perpassa pelo direito de abrir espaço para que todos disputem e possam disputar e tenham a impessoalidade que foi falado tanto aqui.

Então, defendemos o serviço público. Chamamos os deputados para responsabilidade de votar contra e nos colocamos à disposição para todas as discussões que se fizerem necessárias. Obrigada.

O SR. ANDERSON PEREIRA (Presidente) – Obrigado. Também a Senhora Mara Valverde, ela é diretora de valorização da mulher da Federação Nacional dos Servidores do Poder Legislativo Federal e Estadual – Fenale, e associação do Sindler. Veja a importância de a gente estar citando as representações, porque praticamente hoje, aqui, falaram todas as classes de servidores públicos, de municipal, federal, estadual e de Poderes diferentes. Então, veja a responsabilidade desta Audiência de estar divulgando, de estar esclarecendo. Está mostrando para o servidor que ainda está defendendo, não sei, de forma absurda — eu digo isso porque a minha própria classe eu vejo servidores defendendo isso, porque ele não sabe o que tem ali dentro. Então, eu peço para os senhores que deem ampla divulgação, não da Audiência Pública, mas dos pontos dessa PEC. A Audiência Pública foi para debater, foi para esclarecer, foi para mostrar para quem não conhece o que está lá dentro, mas dos pontos que estão ali, que vão nos prejudicar e muito, para os servidores que ainda defendem, para que a gente possa conseguir uma mobilização de angariar mais votos. Hoje a gente já soube que tem 4 deputados de Rondônia. Espero que a gente consiga mais. Isso só vai depender de cada um de nós e de cada servidor se conscientizar da importância de falar com esses deputados e pedir o apoio.

A nossa companheira, Mara Valverde.

A SRA. MARA VALVERDE – Bom dia. É uma honra estar nesta Casa, onde eu trabalho há 30 e poucos anos, falando com vocês, amigos sindicalizados, a nossa Federação, todas as Assembleias, o sindicato das Assembleias do Brasil, os parlamentares Deputado Lazineiro e Deputado Anderson, e os nossos companheiros e companheiras dos sindicatos.

Eu penso que nós temos que focar, neste momento, que essa PEC não é boa, que ela não pode passar, como já foi colocado, e trazendo a sociedade para nós, informando que o serviço público é importante e demonstra nessa pandemia tudo o que a gente já passou.

E eu gostaria só de colocar aqui também nessa PEC, as mulheres são muito prejudicadas. Como a nossa amiga Dioneida falou, do Sintero, eu fico muito incomodada todos os dias, quando venho para cá, para a Assembleia, de ver as nossas mulheres indígenas com as crianças nos pontos estratégicos do nosso centro da cidade: nos bancos, nas lojas, e isso parece que é normal. E nós não queremos que a nossa sociedade esteja jogada, como na Jorge Teixeira nós temos um monte de pessoas que fazem da praça o seu local. E eu acho que o serviço público tem essa capacidade. Se tiver investimento, orçamento para que os servidores possam ter condições de fazer com que os seus gestores tenham mais condições de dar realmente essa sociedade justa — como a gente fala — e igualitária, como foi colocado aqui, para que a gente possa justamente fazer com que tenha investimento e não fazer com que nós, servidores, fiquemos sem condições nenhuma, até condições de trabalho. Porque a gente vê nos dados aí, que muito servidores estão cansados, principalmente da Saúde, com essa jornada grande.

E fazendo também valer alguns recursos, algumas gratificações que eles, de fato, precisam e nesta pandemia não são colocados e justamente estão trabalhando muito, as cargas horárias. Como também os professores que nós vimos, como também a segurança.

Então, todos os Poderes precisam mostrar que o serviço público é importante, que é necessário e que os servidores públicos são importantes, que os servidores importam, como a gente fala. E basta de PEC 32. Que a gente possa fazer com que os nossos oito deputados federais realmente vejam que Rondônia é um Estado que tem muitos servidores e que eles precisam do voto deles também, não é? E a gente está aí lembrando. Eu estava, neste momento, mandando mensagem para o Deputado Mauro, para os deputados que a gente tem contato, para que eles possam lembrar e saber que aqui está acontecendo esta Audiência tão importante que marca o momento que estamos vivendo nesta pandemia.

Então, agradeço ao nosso colega do Sindler está aqui, o Mirim, e que os nossos colegas, servidores que estão assistindo neste País todo, através da internet, possam reforçar que a gente precisa dizer que a gente não tem grandes salários — como se coloca aí — e que nós realmente fazemos valer o que de fato é o serviço público e o servidor público importa sim. Muito obrigada e basta de PEC 32.

O SR. ANDERSON PEREIRA (Presidente) – Estamos somente com duas falas para encerrar. Eu costumo, em todas as Audiências, tentar garantir a fala de todos, porque eu sei da importância.

De forma remota, o Senhor Wellington Souza ainda se encontra? Ele é Presidente da Federação do Sindicato dos Servidores e Funcionários Públicos dos Poderes Executivo, Legislativo, Municipais, Autarquias, Fundações dos Municípios do Estado de Rondônia.

O SR. WELINGTON ALMEIDA SOUZA (*Por videoconferência*) – Sim.

O SR. ANDERSON PEREIRA (Presidente) – Eu gostaria de franquear a palavra por três minutos.

O SR. WELINGTON ALMEIDA SOUZA (*Por videoconferência*) - Bom dia. Eu gostaria, neste momento, de cumprimentar o Presidente Anderson, o Deputado Lazineiro, todos os componentes da Mesa. Agradecer aqui também ao Vereador Carlos, aqui de Jaru. A primeira Audiência Pública do Brasil aconteceu aqui em Jaru, através da Câmara Municipal de Vereadores. E o Vereador Carlos não mediu esforços quando nós solicitamos que essa Audiência fosse realizada aqui. Então, ele buscou, junto à Câmara, aprovar e a gente realizou essa Audiência.

Então, da mesma forma, parabenizar o Deputado por trazer para si também essa responsabilidade de discutir essa PEC 32, para dar uma amplitude de divulgação e do que se trata realmente, levando o conhecimento à sociedade do que se trata essa PEC.

A nossa visão de servidores públicos municipais, a gente fica muito indignado com a devassa que vem sendo feita com o serviço público. Primeiro foi a Reforma Trabalhista, depois a

Reforma Previdenciária, e agora essa PEC. A gente observa que, nos municípios principalmente, no meio do servidor público — e eu falo do servidor público municipal, porque é com ele que a gente milita —, nós já observamos grande parte dos prefeitos já cometendo atos contra o servidor, tomando atitudes ilegais, que você, vira e mexe, tem que estar derrubando isso através do Judiciário. Então, nós vemos a PEC 32 justamente como uma legalização dos atos que muitos prefeitos já vêm cometendo.

Por isso, nós estamos aqui pedindo o apoio de todos os deputados federais, assim como estamos tendo o apoio dos deputados estaduais aqui, já muitas Câmaras de Vereadores nesta discussão, para que essa PEC seja realmente rejeitada, porque ela é a destruição do serviço público, da carreira dos servidores públicos, e eu digo, assim de passagem, até da família brasileira, porque sem saúde, sem educação e sem salário realmente não dá para viver.

Temos municípios já em Rondônia que nem a correção salarial, nem a perda inflacionária realizou este ano, alegando contenção de gastos, que foi colocada lá pelo Governo Federal.

Então, imagine só se essa PEC vier a ser implantada, se ela for aprovada, que retrocesso que nós todos teremos, quanto prejuízo a sociedade brasileira terá.

Então, aqui eu não vou me estender muito porque vejo que todos já colocaram com muita propriedade sobre essa PEC. Não há mais o que se falar, mas sim estar questionando os nossos deputados. E, mais uma vez, Deputado Anderson, parabensá-lo pela sua postura, e estendo isso também aos demais deputados. Um grande abraço a todos.

O SR. ANDERSON PEREIRA (Presidente) – Obrigado, meu irmão. Também o Senhor Sivanildo de Sousa Martins, Diretor, representando a Central dos Trabalhadores e Trabalhadoras do Brasil - CTB. Está aqui presente.

O SR. SIVANILDO DE SOUSA MARTINS – Bom dia a todos, a todas e todos. A CTB já coloca essa situação há algum tempo para os trabalhadores. Aprovar a PEC 32 é realmente não abrir uma brecha, mas escancarar uma porta para a corrupção. Nesta pandemia, foi demonstrada a importância de cada setor público no acesso de cada serviço que a sociedade recebe. Só mediante isso, nós conseguimos mitigar a perda de muitas vidas, e foram esses servidores públicos, de diversas áreas, que fizeram essa defesa da população.

Quero aqui, em nome da Central, desmentir inverdades que são faladas quando é colocado que o Brasil tem muitos servidores públicos. Segundo a OCDE (Organização para a Cooperação e o Desenvolvimento Econômico), diz que o Brasil tem 12,5% de servidores, quando, na verdade, para atender o quantitativo do nosso Brasil, que tem dimensão continental, seria importante ter 22%. Ou seja, esses números, essas tabelas, esses valores que são muitas vezes colocados, não se sustentam. São inverdades que são ditas para que o serviço público seja precarizado.

O serviço público, há algum tempo, sofre esses ataques. E um deles é não haver concurso público. Vou citar o exemplo da educação: na educação nós perdermos, nesta pandemia, um quantitativo grande de profissionais. Fomos obrigados a voltar para a sala de aula, sem que esse número fosse repostos. Isso

é o que o Estado brasileiro quer impor para a sociedade? É uma pergunta.

Outra pergunta: será que essa reforma realmente foi pensada para combater privilégios? Ou para gerar mais privilégios ainda? Então, aqui, a CTB coloca essa questão dizendo que nós, servidores públicos, prestamos um serviço que é um direito da sociedade. Serviço público não é mercadoria. Serviço público é um direito e esse direito que nós, servidores públicos, asseguramos diariamente à população.

Então, eu quero aqui agradecer a iniciativa do Deputado Anderson, do Deputado Lazinho, que sempre está com a gente, e a iniciativa desta Casa sempre que procurada tem nos atendido. E nós, enquanto servidores públicos, gostaríamos de pedir também que tudo que fosse relacionado ao direito do servidor, que os sindicatos fosse chamados para dialogar, porque nós temos a missão de fortalecer o serviço público e assegurar para a sociedade o que é um direito. Obrigado.

O SR. ANDERSON PEREIRA (Presidente) – Com certeza. É também a nossa missão aqui dentro desta Casa como servidor, como representante de classe minha, do Deputado Lazinho, e outros deputados também que têm essa missão.

A última fala, porque eu interpretei errado aqui o pedido, é o Everton Reis, Assessor Jurídico do Sindicato dos Profissionais em Radiologia no Estado de Rondônia – Sinpraron. Com a palavra por três minutos.

O SR. EVERTON REIS – Bom dia a todos. Primeiramente gostaria de agradecer aos deputados proponentes, Deputado Anderson Pereira, Deputado Lazinho da Fetagro, os nossos colegas representantes e dirigentes sindicais em nível federal, estadual, municipal, em especial ao meu amigo Wellington Souza, que está aqui nos acompanhando pela Federação Municipal.

Bem, o nosso papel hoje aqui, após a bela fala de cada um dos representantes sindicais, é justamente instigar a base. Porque neste período de pandemia só eles sabem, e os próprios servidores sabem, o quanto vocês foram atacados. O quanto vocês precisaram acionar o jurídico de vocês e o quanto vocês precisaram acionar a Justiça. E nós sabemos, quando trazemos esse paralelo em relação à PEC 32, ela não é uma reforma. Ela é uma contrarreforma. É uma deformação, é uma destruição, ele é a precarização do serviço público. Porque, por vezes, repetindo a fala da Presidente Daihane, pode parecer que é um movimento isolado, de pequenas categorias, mas essa é uma onda que vai alcançar a todo o funcionalismo público, a todos os servidores. Não pensem que a estabilidade, a retirada da estabilidade vai ser só em relação aos novos servidores. Isso faz com que os servidores que estão hoje pensando: “Eu estou seguro, é só quem vai vir”, não tenham essa ideia na cabeça (aos colegas que estão nos assistindo). Porque vocês também serão afetados. Sabe por quê? Porque a precarização em relação à estabilidade vai permitir que vocês sejam demitidos após uma decisão, uma simples decisão de segunda instância. Lá não faz uma referência se ela tem que ser uma decisão judicial ou se ela pode ser uma decisão em sede de recurso administrativo. Que estabilidade é essa?

Outra questão em relação à prática de concursos públicos e ao sucateamento. Eles serão desincentivados a partir da medida em que eu permito nessa PEC 32 a ocupação de cargos em

comissão para funções estratégicas. Um exemplo é o que está acontecendo com o Tribunal de Justiça. Essa terceirização de atividades. E que a colega muito, e a presidente muito bem pontuou e o nosso presidente muito bem pontuou.

Alguém aqui, algum servidor acredita que haverá continuidade dos concursos públicos? Ou que vocês continuarão seguros caso essa PEC seja aprovada? Não. Então é momento de acordar, fortalecer a base e confiar na liderança de vocês. Porque sem a unidade nós não temos força para buscar apoio da nossa Câmara Federal e assim estaremos sujeitos, sujeitos, abertos para a perda de direitos. Sejam professores, sejam policiais, agentes penitenciários, todos vocês estarão sujeitos a esses prejuízos. Então, vamos acordar enquanto ainda é tempo. Muito obrigado.

O SR. ANDERSON PEREIRA (Presidente) – Obrigado, Doutor, pela fala. Ele falou algo que ninguém tinha falado, mas falou. Por isso que é importante garantir as falas. E mais um alerta para os servidores que estão dormindo em berço esplêndido. Também a última fala, me pediu agora, o Diretor Financeiro do Sinsaúde. Para garantir a fala aqui dos profissionais de saúde. O Golbery Paixão. Ele está de forma remota. Se estiver me ouvindo.

O SR. GOLBERY PAIXÃO (*Por videoconferência*) – Estou ouvindo. Estou ouvindo, Deputado.

O SR. ANDERSON PEREIRA (Presidente) – Pode dar início a sua fala.

O SR. GOLBERY PAIXÃO (*Por videoconferência*) – Bom dia. Bom dia, Deputado Anderson Pereira, bom dia o Deputado Lazinho da Fetagro, que estava aí também, não é? Bom dia a todos os companheiros. Apesar de que todo mundo já falou amplamente, alertou e, claro, nas suas palavras, eu queria focar na questão e saúde. A saúde não está como carreira típica do Estado, e o que foi falado aí é verdade. Eles vão colocar as Oscips (Organização da Sociedade Civil de Interesse Público), as OSS para entrar dentro das UBSs, dentro das Unidades de Saúde. A população vai sofrer muito, porque essas OSs só querem dinheiro. Vão colocar médico lá para ganhar por produção. Então eles vão olhar para o servidor, para o paciente, quando ele disser “oi”, ele já está com a receita na mão, “tchau e até a próxima”.

Então, assim, é uma precarização do serviço público. Se o Estado hoje já paga um salário miserável aos trabalhadores da Saúde, imagina uma empresa terceirizada, uma Oscip. Vai ser uma exploração, uma desvalorização dos trabalhadores da Saúde.

Então, companheiro, nós temos que começar a debater, a bater de frente com os colegas que insistem quando você vai falar da Reforma, de chamar você de comunista — ou você é comunista ou você é da esquerda. Mas se for para defender o pão de cada dia e o meu trabalho, o pão de cada dia da minha família e dos meus vizinhos que usam SUS, eu serei, sim, um defensor da esquerda. Que Deus abençoe todo mundo. E vamos trabalhar muito essa questão por nossos trabalhadores, para dizer “não” junto a nossos deputados e senadores que irão fazer, votar ou negociar com o Governo Federal. E, na verdade, nós queremos

que ela seja retirada de pauta para se discutir uma outra forma de fazer essa Reforma Administrativa.

Parabéns, Deputados. Os senhores têm nos ajudado. Eu queria pedir ao senhor para que, com urgência, chame outra Audiência Pública para discutir a proposta da Reforma da Previdência do Iperon, que está chegando nesta Casa, que é muito importante para todos nós. Muito obrigado. Bom dia.

O SR. ANDERSON PEREIRA (Presidente) – Obrigado, Golbery, pelas palavras.:

Deputado Lazinho da Fetagro, mais alguma questão para colocar?

O SR. LAZINHO DA FETAGRO - Só agradecer a todos, Senhor Presidente. Dizer que nesta Casa, principalmente através de nós, nós estamos à disposição para poder contribuir naquilo que for necessário. E que todos os que estão nos assistindo e todos que estão aqui, a gente possa mobilizar, realmente, a nossa bancada para eles votarem contra essa Reforma. E aí todo aquele que está lá na base, todo aquele pai de família, mãe de família, professor, não professor, ou seja, funcionário público de uma forma geral possa mobilizar de verdade, e pedir para que não votem essa Reforma, porque vai prejudicar o povo brasileiro, como disse o Raimundo. Vai prejudicar o servidor público. Vai prejudicar o Estado de Rondônia, o Estado brasileiro e as famílias nossas. Muito Obrigado.

O SR. ANDERSON PEREIRA (Presidente) – E eu costumo, em toda Audiência que eu proponho, Deputado Lazinho e presentes, a gente dar o encaminhamento desta Audiência para a nossa bancada no pedido de rejeição dessa matéria, do voto contrário. Então eu peço a Assessoria da Casa que encaminhe a ata desta Audiência, vídeos, as imagens, as discussões, tudo que for importante para respaldar, inclusive os nossos deputados, no que falar, no que defender e na hora de votar. Então, o nosso encaminhamento desta Audiência Pública é pela rejeição da Reforma da PEC 32, da Reforma Administrativa.

O SR. LAZINHO DA FETAGRO - Deputado Anderson, acho que seria importante a gente encaminhar para todas essas entidades que participaram do evento assinar esse documento, assinar essa ata.

O SR. ANDERSON PEREIRA (Presidente) – Exatamente.

O SR. LAZINHO DA FETAGRO – A gente dá um tempo de uma semana, as nossas assessorias, as suas, a gente encaminha, de uma por uma, para que eles possam assinar, a gente caminhar assinada. Certo?

O SR. ANDERSON PEREIRA (Presidente) – Importante. Com certeza. Importante. E agradeço a presença de todos.

Invocando a proteção de Deus, em nome do povo rondoniense, agradeço a presença dos componentes da Mesa Diretiva, agradecemos a presença de todos que acompanham esta solenidade. Declaro encerrada a presente Audiência Pública e desejo a todos um excelente dia e uma excelente semana. Amém.

**(Encerra-se esta Audiência às 12 horas e 46 minutos)**

**SUP. DE RECURSOS HUMANOS****ATO Nº2586/2021-SRH/SG/ALE**

**O SECRETÁRIO-GERAL DA ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE RONDÔNIA**, no uso de suas atribuições legais e, nos termos do Art.13 da LC nº 1.056/2020, publicado em 28 de fevereiro, resolve:

**EXONERAR**

**RAFAELA FERREIRA DE MATOS**, do Cargo de Provimento em Comissão de Assistente Técnico, código AST-14, do Gabinete da Comissão Permanente de Segurança Pública, a contar de 18 de agosto de 2021.

Porto Velho, 19 de agosto de 2021.

**MARCOS OLIVEIRA DE MATOS**

Secretário-Geral  
ALE/RO

**E R R A T A**

No Preâmbulo dos ATOS: 0001, 0002, 0003, 0005, 0006, 0007, 0008, 0009, 0010, 0011, 0012, 0013, 0014, 0015, 0016, 0017, 0018, 0019, 0020, 0021, 0022, 0023, 0024, 0025, 0026, 0027, 0028, e 0030/2021-SRH/P/ALE.

**ONDE SE LÊ:**

Resolução nº 321/90.

**LEIA-SE:**

Resolução nº 32/90

Porto Velho-RO, 18 de agosto de 2021.

**MARCOS OLIVEIRA DE MATOS**

Secretário-Geral  
ALE/RO

**DEPARTAMENTO LEGISLATIVO**

(Republicado por incorreções)  
**TERMO DE POSSE Nº 34/2021**

Termo de Posse do Excelentíssimo Senhor **José Ribamar de Araújo**, no cargo de Deputado Estadual na Assembleia Legislativa do Estado de Rondônia.

Aos três dias do mês de agosto do ano dois mil e vinte e um, as quinze horas e quarenta e cinco minutos, na cidade de Porto Velho, capital do Estado de Rondônia, no Plenário da Assembleia Legislativa, em Sessão Ordinária, presidida pelo Deputado Alex Redano - Presidente, e secretariada pelo Deputado Jair Montes – 1º Secretário, e, em conformidade a decisão Liminar proferida pelo Ministro Edson Fachin nos autos do processo 0600316-23.2021.6.00.0000, que culminou com a cerimônia pública de retotalização dos votos referente ao 1º turno das Eleições de 2018. Concluída a retotalização dos votos pelo sistema de totalização do TSE, **JOSÉ RIBAMAR DE ARAÚJO** foi considerado eleito ao cargo de deputado estadual, em substituição ao Deputado Aelcio da TV, que teve os votos considerados nulos por força dos artigos 222 e 237 do Código Eleitoral. Diante disso, o Tribunal Regional Eleitoral – TRE, comunicou a Assembleia Legislativa, *via ofício nº 202/2021-PRES/GABPRES*, recomendando que a Mesa Diretora prolatasse a decisão no sentido de empossar o Senhor **JOSÉ RIBAMAR DE ARAÚJO**. Em obediência a decisão judicial e nos termos do § 6º, art. 3º do Regimento Interno, compareceu o Senhor **José Ribamar de Araújo**, eleito pela Coligação – PP/PTB/PR/SOLIDARIEDADE, para ser empossado no cargo de Deputado Estadual. O empossando apresentou o respectivo Diploma, expedido pelo Tribunal Regional Eleitoral - TRE, a sua Declaração de Bens, o seu Nome Parlamentar e prestou o seguinte compromisso: "**Prometo guardar as Constituições Federal e Estadual, desempenhar fiel e lealmente o mandato que me foi confiado e promover o bem de Rondônia**".

Após prestado o compromisso, o Excelentíssimo Senhor Presidente declarou empossado no cargo de deputado estadual, o Excelentíssimo Senhor José Ribamar de Araújo, com o Nome Parlamentar de Ribamar Araújo. Em firmeza, lavrou-se o presente Termo que, lido e achado conforme, segue assinado pelo Senhor Presidente e pelo Deputado empossado.

Plenário da Assembleia Legislativa, 03 de agosto de 2021.

**Deputado ALEX REDANO**  
Presidente ALE/RO

**JOSÉ RIBAMAR**  
DEPUTADO ESTADUAL